

TRABALHANDO COM A FAMÍLIA RURAL:

Uma alternativa metodológica



Mabel Cordini

Geysa de Freitas Mendonça



IICA

Diretor do Escritório do IICA, no Brasil
José Irineu Cabral

Diretor-Presidente da EMATER-PE
Roberto Gilson da Costa Campos

**PROJETO FAMÍLIA E MULHER RURAL DO IICA -
ZONA SUL**

Coordenadora para a Zona Sul

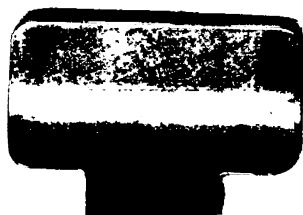
**Licenciada Mabel Cordini – Especialista em Organização Rural
IICA.**

**Consultora do Projeto de Capacitação Continuada de Extensionis-
tas Rurais**

**Geysa de Freitas Mendonça – Mestre em Educação, responsável
pela elaboração dos módulos de
auto-instrução.**

Coordenadora do Projeto a nível estadual

**Luciana Correia Pires – Gerente do Bem-Estar-Social da EMATER
PE**



447

Série Miscelâneas nº 1446
ISSN 0534 5391

Centro Interamericano de
Documentación e
Información Agrícola

21 NOV 1983

USA — CIBIA

TRABALHANDO COM A FAMÍLIA RURAL: UMA ALTERNATIVA METODOLÓGICA

USA
BIBLIOTECA VON...
1983

~~0043~~

00000532

IICA

MIS 1446

Cordini, Mabel & Mendonça, Geysa de F.

Trabalhando com a família rural: uma alternativa metodológica. IICA, 1983.

80 p. – (IICA, publicação miscelâneas, 1446.)

ISSN. 0534-54391

1. Família. 2. Família rural. 3. Sociologia rural.
I. Título. II. Série.

CDU 30.631

TRABALHANDO COM A FAMÍLIA RURAL: Uma alternativa metodológica

APRESENTAÇÃO	5
AGRADECIMENTO	7
1. INTRODUÇÃO	9
2. A CONCEPÇÃO METODOLÓGICA	12
2.1 Diagnóstico participativo	12
2.2. Bibliografia selecionada	31
2.3. Capacitação continuada de extensionistas	34
2.3.1. Algumas considerações iniciais	34
2.3.2. O instrumento de estudos	36
2.3.3. Outras atividades de capacitação	44
3. ORGANIZANDO A POPULAÇÃO RURAL	52
3.1. Pequenos projetos como alternativa de desenvolvimento da família rural	53
4. FORMAS DE AVALIAÇÃO	75
4.1. Alguns resultados	76
5. BIBLIOGRAFIA	79



APRESENTAÇÃO

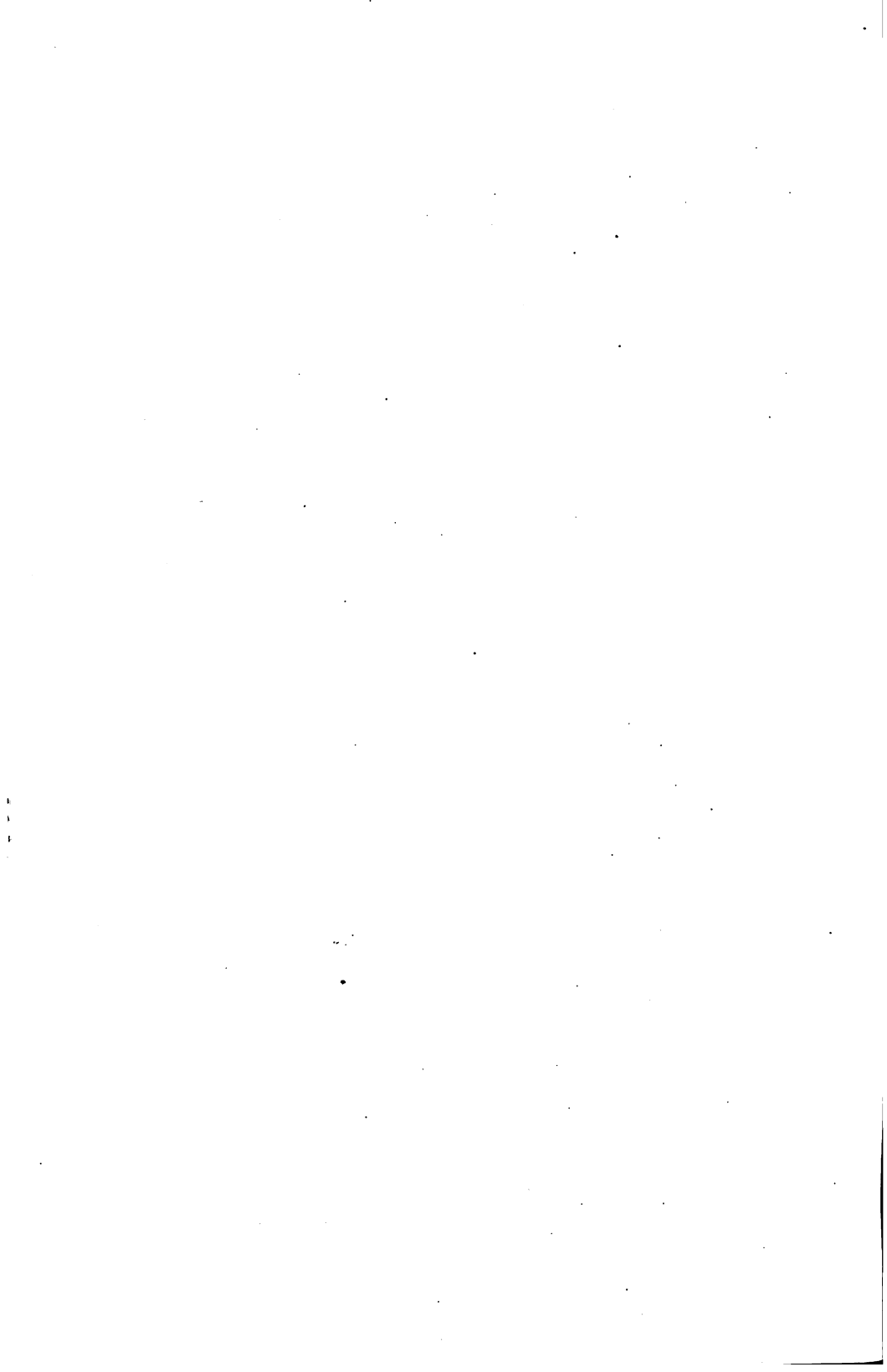
O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura vem colaborando com várias instituições nos campos da produção agrícola, da educação, da organização de produtores, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida da população de pequenos produtores rurais.

Os problemas da pobreza que enfrentam as populações das áreas rurais são abordados neste livro de uma forma integrada, entendendo-se que eles são conseqüência de práticas agrícolas inadequadas, de doenças, de carências nutricionais, de deficiências na educação, de injustiças na distribuição e posse da terra e entendendo-se ainda que estes problemas terminam por entrelaçar-se em um círculo fechado que dificulta o progresso social e limita a qualidade da vida humana. A pobreza, por sua natureza, deve, portanto, ser enfrentada de forma multidimensional, interdisciplinar, através de um esforço integrado de várias instituições.

Esta publicação descreve uma estratégia para mudanças na capacitação dos profissionais de extensão rural e nas formas de atuação das empresas prestadoras de serviços de assistência técnica, no sentido de melhor atender às necessidades de vida e de produção da população rural. A mudança proposta inclui não apenas uma concepção renovadora do processo de capacitação técnica dos extensionistas rurais como também uma nova vontade, por parte das instituições, de trabalharem juntas.

Acreditamos que **Trabalhando com a Família Rural: Uma Alternativa Metodológica** será útil para as empresas de assistência técnica e extensão rural e também para as instituições prestadoras de serviços de educação e de saúde que estejam buscando alternativas metodológicas para enfrentar os problemas decorrentes da baixa qualidade de vida das populações rurais.

JOSÉ IRINEU CABRAL
Diretor do IICA – Brasil



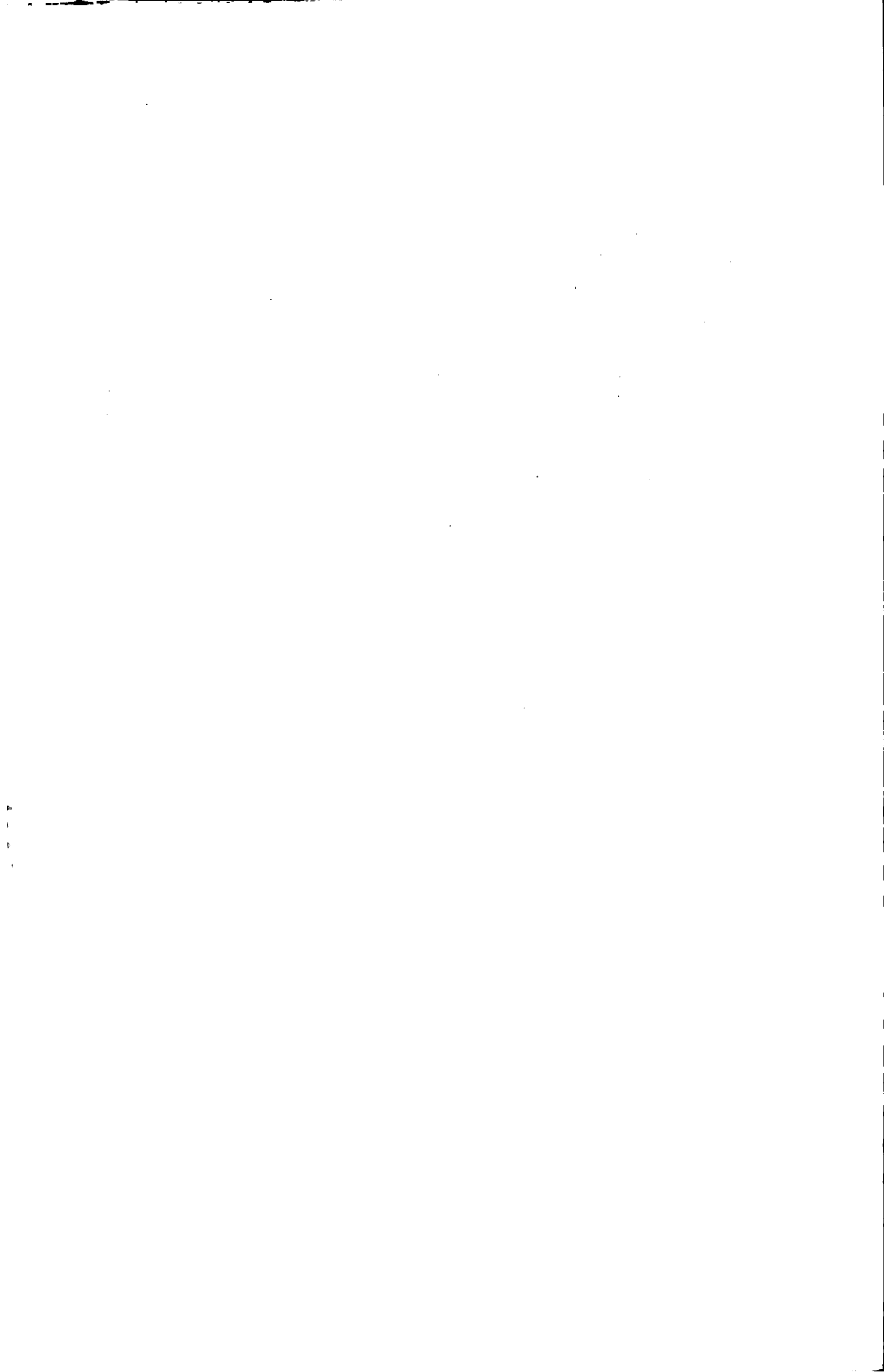
AGRADECIMENTO

A todas as pessoas que vêm participando deste processo:

- **As famílias de pequenos produtores rurais do Agreste Setentrional de Pernambuco, pelas condições precárias de vida que têm sabido suportar e que têm sido o grande desafio deste trabalho.**
- **Aos extensionistas rurais da área, cuja solidariedade e honestidade no trabalho tem reforçado a nossa vontade de acertar.**
- **Ao Amaro Francisco e sua esposa Nena, autores das xilogravuras que ilustram esta publicação.**

As instituições que vêm apoiando o trabalho:

- **A Divisão Nacional de Educação em Saúde, do Ministério da Saúde, responsável pelo componente saúde no Projeto de Capacitação Continuada.**
- **Ao Setor de Desenvolvimento de Comunidades da Divisão de Mão-de-Obra da SUDENE.**
- **Ao Grupo de Organização Rural da CODES/EMATER-PE.**
- **As Diretorias Regionais da EMATER-PE de Bonito, Caruaru e Garanhuns.**
- **Aos Escritórios locais da EMATER-PE de Agrestina, Altinho, Bezerros, Bom Jardim, Gravatá, Lajedo, Panelas e São Caetano.**



1. INTRODUÇÃO

Entre os profissionais que trabalham com as famílias rurais, cresce cada dia mais o interesse em melhorar a sua forma de atuação para melhor se comunicar com elas, para compreender claramente as verdadeiras causas dos problemas que as afligem, para ajudá-las a encontrar mais e melhores soluções para os seus problemas de vida.

Pensar na família rural tem sido um desafio para quem nasceu e vive no meio urbano. E o técnico urbano que optou por um trabalho solidário com o homem do campo está constantemente buscando alternativas metodológicas que o aproximem mais da realidade da vida na área rural.

Uma dessas alternativas que vem sendo testada com certo sucesso é esta metodologia da ação participativa: tentar ouvir mais do que falar; interpretar mais do que ministrar ensinamentos; buscar junto com a população as soluções para os seus problemas, ao invés de oferecer soluções prontas.

O trabalho aqui relatado constitui um conjunto de ações, processos, meios e oportunidades colocados à disposição dos extensionistas rurais a fim de ajudá-los a refletir sobre o seu relacionamento com os pequenos produtores, na busca de melhor atuação profissional, em benefício da melhoria da qualidade de vida da família rural. Essa metodologia de trabalho com a família rural procura minimizar os efeitos, na maioria das vezes maléficis, de certas ações dirigidas ao pequeno produtor.

É sabido que, com o correr dos tempos, o pequeno produtor

tem sido massacrado pela oferta de inovações tecnológicas e de crédito rural. Tais ofertas lançam o pequeno produtor em um sistema de produção interdependente, comprometido com as regras de jogo do sistema capitalista. E é claro que, como vítima desse microsistema, suas esperanças de melhor renda se frustram e suas possibilidades de sucesso ficam bastante limitadas.

Com a oferta abusiva e impensada de inovações tecnológicas e de crédito agrícola, incentivando-se exclusivamente a produção para aumento da renda, vem acontecendo um enfraquecimento gradativo do estímulo ao chamado microsistema de consumo do pequeno produtor, que se caracteriza pela melhor utilização da mão-de-obra familiar nas atividades produtivas ligadas a hortas, pomares, criação de pequenos animais, artesanato, indústrias caseiras e outras.

Esse tipo de microsistema é que assegura a economia familiar, o sustento da família, a sobrevivência do grupo humano. É o microsistema de produção que permite ao pequeno produtor enfrentar os fracassos decorrentes da frustração gerada pelo processo competitivo, onde ele entra geralmente com a sua monocultura, contando apenas com parte do pacote tecnológico e dispondo de recursos físicos, financeiros e técnicos insuficientes.

A metodologia de trabalho com a família rural aqui relatada é uma experiência que está dando certo, no sentido de apoiar um microsistema de produção e consumo que possibilita otimizar o aproveitamento da mão-de-obra familiar.



2. A CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

A metodologia da ação participativa adotada como estratégia de apoio às famílias de pequenos produtores rurais parte da observação e interpretação, pelos técnicos em conjunto com a população, da realidade que se quer transformar.

Os dados de conhecimento dessa realidade vêm sendo coletados e processados através de diferentes instrumentos tais como: da bibliografia sobre a participação da mão-de-obra feminina nas atividades produtivas; do diagnóstico participativo realizado na área; de encontros organizados com as famílias rurais para aprofundar o conhecimento de dados levantados no diagnóstico participativo; do convívio sistemático entre o técnico e a família rural; de questionários de opinião aplicados aos extensionistas, para especificar problemas e levantar sugestões; de entrevistas gravadas em fita e videocassetes, para facilitar o processo de análise e interpretação de situações que requerem intervenção; de fotografias e filmes que também registram situações-problema, necessidades, ações, mudanças; de visitas de supervisão para apoiar e garantir a continuidade da ação; de estágios de observação que servem de estímulo ao aperfeiçoamento profissional, através do aprendizado de novas técnicas, métodos e processos; de seminários que refletindo sobre a teoria e a prática buscam fortalecer a integração de ações em torno de um objetivo comum; de instrumentos de auto-capacitação que aprofundam e sistematizam as reflexões fundadas na prática nova do diálogo horizontal que vai sendo estruturada ao longo do processo de busca de alternativas mais coerentes com a proposta metodológica.

2.1. Diagnóstico participativo

O tipo de trabalhador rural tomado como unidade nesse diagnóstico é representado pelo pequeno agricultor que, preferentemente, utiliza a mão-de-obra familiar na produção.

A metodologia adotada teve, como linha mestra, o retorno dos dados coletados à população pesquisada, através de uma análise

mais profunda da situação feita pelos técnicos e as famílias. A partir desse aprofundamento do conhecimento da realidade é que se traçaram os planos, com a participação dos beneficiários, para o atendimento das suas necessidades e aspirações.

O instrumento da pesquisa foi aplicado pelos próprios técnicos que receberam treinamento para esse trabalho. Com tal instrumento, que complementou o diagnóstico sócio-econômico realizado pelo Governo do Estado de Pernambuco e o IICA, chegou-se à seguinte caracterização sócio-econômica da área: a região é dominada pelo latifúndio-minifúndio, responsável por uma especialização que leva os minifúndios a produzirem fava, feijão, milho e mandioca e os latifúndios, pecuária. Isso faz com que, no uso do solo, se produza uma relação inversa entre o tamanho dos estabelecimentos e as terras destinadas ao cultivo. Dados do INCRA (1972) revelam, por exemplo, que nos estabelecimentos de menos de dois hectares 84% são utilizados no cultivo, enquanto que nos estabelecimentos de mais de 1.000 hectares 78% são dedicados à pecuária.

Como não poderia deixar de ser, o maior valor de produção provém de culturas como feijão, milho e mandioca, produzidas nos minifúndios. Essa produção, no entanto, é destinada ao autoconsumo e quando os excedentes são levados ao mercado o produtor é explorado por um sistema de intermediação comercial que se nutre da pobreza e do isolamento dos minifundiários.

A característica básica da área, em termos de estrutura fundiária, é a pulverização de pequenos estabelecimentos. Três quartas partes dos estabelecimentos da área analisada não possuem o mínimo de terra necessário a uma exploração agrícola em nível familiar. Na área de São Caetano, por exemplo, o tamanho médio das propriedades com menos de cinco hectares é de 1,7 ha. Estas propriedades ocupam apenas 16% das terras, enquanto que 5% dos estabelecimentos detêm 25% das terras. A situação ainda é pior nas áreas de Bezerros, Gravatá e Bom Conselho, chegando ao extremo de concentração em Limoeiro, onde 90% dos estabelecimentos possuem menos de cinco hectares, ocupando apenas 28% das terras, enquanto 0,2% detêm 24% de toda a terra.

A maioria da força de trabalho da região encontra-se nos minifúndios. O mercado de trabalho é extremamente restrito, uma vez que os grandes estabelecimentos pecuaristas reduzem a oferta de trabalho (parceria), obrigando os camponeses a subdividirem ainda mais as pequenas glebas ou a migrarem em busca de trabalho. O fato de os minifúndios não absorverem sequer a mão-de-obra familiar obriga os camponeses às mais variadas formas de subemprego.

Os dados, depois de colhidos, tabulados e analisados, foram ordenados em quatro grandes categorias: conhecimentos agropecuários; experiência associativa; nível de vida; atitudes relacionadas com o desenvolvimento.

No tocante aos conhecimentos agropecuários e à percepção das necessidades, ficou evidente que o conhecimento agropecuário é limitado pela prática estabelecida nas comunidades e essa prática, na região pesquisada, se restringe basicamente ao plantio de feijão, milho e mandioca. Dos dados coletados depreende-se a limitação dos conhecimentos agropecuários, dedução que é reforçada pelas solicitações constantes de assistência técnica para o cultivo de outros produtos mais lucrativos, *"porque a terra não ajuda."*

Nota-se também uma consciência clara, por parte da população pesquisada, das suas necessidades fundamentais. A limitação de terra e a falta de água determinam *"o fracasso da agricultura e sua própria miséria"*. Grande parte das pessoas pesquisadas afirmam que *"o Governo deveria conceder algum empréstimo para o agricultor comprar terra para trabalhar. O banco só faz empréstimo para quem tem mais de 20 hectares de terra, ou se foi feito um depósito de 200 mil cruzeiros. Se o agricultor possuísse esse dinheiro não precisava tomar emprestado"*.

As mulheres da área, além de reclamarem do problema da falta de terra, queixam-se também das dificuldades para conseguir água para o consumo doméstico. Elas afirmam que o trabalho na roça é necessário para ajudar o marido mas que *"é muito difícil cuidar dos filhos, lavar a roupa, passar, trabalhar na roça, cozinhar e carregar água e lenha na cabeça"*.

Outro grupo de mulheres de uma área onde a terra se encontra extremamente concentrada pedia *“terra livre, financiamento e assistência técnica,”* concluindo sua manifestação com este verso:

*“Se isto acontecer do norte, sul ao sertão
Vai haver muita fartura para toda a população
Porque está tudo morrendo nas unhas do tubarão”.*

As mulheres da área pesquisada manifestaram ainda interesse em participar, junto com os homens, das ações de assistência técnica desenvolvidas pela EMATER-PE, para receberem os mesmos ensinamentos. Acreditam, no entanto, que a solução dos problemas que as afligem está nas mãos do Governo e de Deus.

No que se refere às **experiências associativas**, a pesquisa revelou que os camponeses minifundiários vivem isolados na sua miséria. Apenas 5% afirmaram participar de cooperativas. A maioria absoluta não participava de qualquer tipo de associação e não percebia a necessidade de fazê-lo.

Um grupo de agricultores de São Caetano, referindo-se ao que a cooperativa deve fazer, disse que esta deveria promover não só o comércio de compra e venda, como também financiamento e venda a prazo para seus associados. Assim os associados teriam melhor solução para os seus problemas. Pensa o grupo que a cooperativa deveria unir-se ao sindicato para melhor agir em benefício do trabalhador rural. Ela deveria construir uma casa de farinha, não para um só setor, mas para todos os habitantes rurais de São Caetano. Pensam também que a cooperativa e o sindicato deveriam unir-se para construir açude onde está faltando água.

O grupo de Limoeiro disse que é muito importante a participação da mulher na cooperativa. Para tanto, é preciso que a cooperativa faça reuniões com as mulheres, veja os problemas delas e procure ajudá-las na obtenção de crédito para a criação de galinha, porcos e cabras. A cooperativa deve promover reuniões com o casal, debater e encontrar soluções. Havendo dinheiro e terra o povo trabalha. Então outro ponto importante seria a cooperativa comprar terra para o pequeno agricultor trabalhar, porque ele quer trabalhar mas não tem terra.

Com relação ao nível de vida, declarações de mulheres de Gravata, revelam a difícil condição de vida das famílias das áreas pesquisadas:

“Além de não se ter terra, dinheiro e água, nossa região é muito atrasada, pois não dá oportunidade de emprego para o esposo”.



O nível de instrução das mulheres é, tal como ocorre nas demais regiões do Brasil, bastante baixo. Mais de 50% delas só cursaram até a terceira série do primeiro grau, sendo que 11% são analfabetas. As taxas encontradas podem ser consideradas altas em relação à situação educacional do agreste setentrional de Pernambuco como um todo, onde mais de 67% da população acima de dez anos de idade é analfabeta. As mulheres também alegam que não conseguem dar aos filhos uma educação condigna, por causa da situação de vida difícil que enfrentam.

Os dados relacionados com habitação e saúde revelam uma situação menos precária. As casas, na sua maioria, possuem piso de cimento e são cobertas de telha. O número de pessoas por quarto também é satisfatório. A água potável representa o dado crítico devido à falta de chuva na região. Apesar da escassez de hospitais e médicos na área, a maioria dos entrevistados (70%) responde que *"em caso de doença"* procura hospital ou posto de saúde. 16% recorrem ao médico e 14% consultam-se com benzedeiras.

A alimentação reflete as condições da produção e da renda das famílias rurais. Consume-se pouca carne e ovos. A limitação de terra agricultável e a falta de água impedem tanto a criação de pequenos animais — galinhas, porcos — como o cultivo de hortaliças.

Quanto às atitudes relacionadas com o desenvolvimento, as necessidades apontadas pelas comunidades refletem as contradições sociais a que estão sujeitas as famílias camponesas. A miséria gerada por uma distribuição extremamente desigual das condições materiais de produção faz com que a maioria das pessoas acredite que o destino é responsável por tudo. Quando a elas se pergunta quem poderá resolver os problemas da agricultura (falta de terra de crédito), respondem maciçamente que é o Governo e Deus. No nosso entender, seria estranhável e até irreal que famílias isoladas num pedacinho de terra pobre respondessem que a comunidade, através de associação, resolveria problemas estruturais de terra manha envergadura.

Uma cooperativa que as ajudasse a produzir e vender seus produtos não é considerada importante para elas, pois não vendem

nada do que produzem no *"chão de terra"*. Uma feira próxima, dizem, ser-lhes-ia mais útil.

Fase importante do diagnóstico participativo constou da realização de encontros com a população pesquisada, os quais objetivaram: (1) dar conhecimento dos resultados do diagnóstico aos extensionistas sociais e agrícolas e aos demais técnicos (supervisores da EMATER-PE, professores rurais) que atuam na área; (2) testar a metodologia de retorno das informações colhidas a fim de aprofundar mais o conhecimento dos dados que serviriam de base para o planejamento adequado à realidade; (3) permitir que as famílias que participaram da pesquisa recebessem de volta as informações, possibilitando melhor conhecimento da realidade econômico-social em que vivem, para maior participação na transformação dessa realidade.

A metodologia adotada para a realização desses encontros com a população privilegiou a discussão, em pequenos grupos de famílias de agricultores, sobre os temas pesquisados. Essa discussão em pequenos grupos foi precedida de uma apresentação e discussão geral dos dados colhidos através do diagnóstico. Os grupos foram formados com a participação exclusiva dos agricultores, que sem a presença dos técnicos puderam discutir mais livremente os problemas e suas soluções. Após essa atividade, os pequenos grupos voltaram a reunir-se em um só grupo para a apresentação dos resultados de seu trabalho. Os técnicos participaram como observadores nesta última fase.

Embora os temas discutidos nos pequenos grupos envolvessem conhecimentos agrícolas, experiência associativa, nível de vida e atitudes para com o desenvolvimento, a discussão dos agricultores centralizou-se principalmente na falta de terra, na falta de dinheiro (crédito) e na falta de água. Outros problemas discutidos diziam respeito não só às dificuldades que a mulher rural enfrenta na manutenção da casa e na educação dos filhos, como também aos problemas ligados à saúde, à energia e à cooperativa.

Uma síntese das principais manifestações dos pequenos grupos é reproduzida a seguir, nas palavras dos seus participantes.

Sobre a falta de terra:

Acho que a agricultura é um dos trabalhos de que a gente mais precisa, apesar de nós não podermos trabalhar por falta de terra. Os fazendeiros são donos das terras e o pequeno agricultor está sofrendo sérios problemas. O Governo deveria tomar uma decisão para que a gente pudesse trabalhar mais à vontade. Nos últimos anos tivemos aqui nesta região quem nos ajudou muito com ferramenta; é a EMATER-PE que nos tem ajudado. (Lavrador de Bom Conselho, Pe.)

Acho difícil a agricultura. A gente se desloca de casa, voltando à noite. A água é muito difícil. A gente acreditava que tudo melhoraria com a ajuda da EMATER-PE. Precisamos de água encanada, hospital, uma loja para a juventude trabalhar. Os jovens se deslocam de suas casas para São Paulo, à procura de trabalho, e ficam os lugares desabitados. Tudo por falta de mais terras para os filhos de agricultores. Eles têm muita vontade de trabalhar, mas falta terra. (Maria Paulo, de Bom Conselho, Pe.)

Nós, agricultores, não podemos trabalhar por falta de terra, porque o fazendeiro dá terra boa só um ano. No outro ano ele separa um cercado que tem toco, pedra etc e por esse motivo a agricultura está ficando difícil. O agricultor precisa de terra boa, trato, dinheiro. Se houvesse um meio do Governo emprestar dinheiro para o pequeno agricultor comprar 10 a 20 quadros de terra, seria um benefício para a agricultura. (Lavrador de Gravatá, Pe.)

Não podemos produzir porque não temos terra própria. Se nós possuíssemos terra livre para a agricultura produziríamos melhor. A produção é pouca, não dá saúde, trabalho e dinheiro.

Queremos possuir terra para trabalhar. Se assim fosse produziríamos melhor.

Eu posso melhorar a agricultura com terra e dinheiro. (Grupo de lavradores de Limoeiro, Pe.)

A agricultura é a mola do mundo. O problema é não ter terra para trabalhar. (Lavrador de Bezerros, Pe.)

Na nossa comunidade existem muitos problemas causados pela falta de terra para os pequenos agricultores. Só há uma solução: liberar o pequeno produtor para comprar pequenas áreas. (Lavrador de São Caetano, Pe.)



Sobre a falta de água:

Podemos construir açudes, poços, cisternas dependendo da ajuda do Governo. Se o Governo ajudar a comunidade fará mutirão. (Lavrador de Bezerros, Pe.)

Muitos lugares, com ajuda do Governo e da comunidade, têm condições de encanar água, como no sítio dos Remédios e Frutuoso, puxando água de Serra Negra. (Mulheres de Bezerros, Pe.)

Vou falar sobre o nosso sofrimento devido à falta de água, um líquido tão precioso para a nossa existência e a da nossa comunidade. (Lavrador de Bom Conselho, Pe.)

Nós, de Avenca, temos dificuldade até para conseguir água. Nós pedimos um poço artesiano porque se houvesse um poço facilitaria o nosso trabalho. (Lavrador de Gravatá, Pe.)

Precisamos de barragem, cisternas, poços artesianos. Havendo tudo isso as mulheres já podem fazer um empréstimo para criação de galinhas, suínos, caprinos e para plantação. (Lavrador de São Caetano, Pe.)

Está faltando água para fazer horta. Sem água nada pode ser feito. Faltando água, falta alimentação para todos os habitantes e para a criação. (Lavrador de São Caetano, Pe.)

Sobre a falta de crédito:

Pedimos providências, em matéria de dinheiro para comprar terra, para construir casa para morar, para trabalhar na agricultura e, principalmente, criar. Sabemos que o dinheiro existe e que, primeiramente, estão os pobres de Deus; segundo, os dos homens, e que a união faz a força. (Lavrador de Bezerros, Pe.)

O financiamento veio tarde, faltou chuva e não houve lucro. Nós pedimos que o financiamento no próximo ano venha mais cedo, para poder fertilizar a terra. Todas nós pedimos ao Go-

verno financiamento para a compra de terra para o pequeno agricultor. Quanto à assistência técnica, nós temos. Nós pedimos, em nome das mulheres, financiamento para comprar aves e suínos, para ajudar na agricultura. (Lavradoras de Bezerros, Pe.)

Na comunidade de Gravatá, mais de 70% dos habitantes vivem de agricultura e horticultura e estas estão sem garantia de preço. Nós não podemos mais fazer empréstimo nos bancos porque não temos como pagar. (Lavrador de Gravatá, Pe.)

O banco só faz empréstimo para 20 ou 25 hectares de terra e se for feito um depósito de Cr\$ 200.000,00. Ora, se o agricultor possuísse esse dinheiro não precisava tomar emprestado. (Lavrador de São Caetano, Pe.)

O grupo solicita facilidades para energia, para água, para criação de galinhas, empréstimo para eletrificação rural, para máquina de costura, para plantação de capim, a fim de aumentar a criação, para melhoramento da produção de gado, abelha, galinha, e uma máquina para fazer barreiro. (Lavradores de São Caetano, Pe.)

Havendo dinheiro e terra o povo trabalha. (Lavrador de Limoeiro, Pe.)

Sobre os problemas das mulheres:

Minha mulher acorda às quatro e meia da manhã para fazer café, depois vai para a roça, lava, passa, cuida dos filhos... Só vai se deitar às nove horas da noite, às vezes eu já estou dormindo... (Lavrador de Pernambuco.)

Não resolve só plantar e não resolve só criar; para nós resolve criar e plantar... (Mulheres de Bezerros, Pe.)

Pedimos uma ajuda para nossos filhos menores estudarem, porque não temos condições de atender a este problema. (Mulheres de Bezerros, Pe.)

A mulher precisa de orientação a respeito de como cuidar da casa, higiene, alimentação; cuidar de doentes; aducação sexual. Aprender trabalhos manuais como costura, crochê, bordado e arte culinária. Muitas não têm condições de aprender trabalhos manuais. Desejam criar porcos e galinhas e assim ajudar o marido na agricultura. (Mulheres de Bezerros, Pe.)

Trabalho igual a homem... e já tirei dinheiro da cooperativa, mas no nome do meu marido. (Lavradora de Bom Conselho, Pe.)

Comecei a trabalhar aos oito anos de idade. Estaria melhor se fosse modista, mas não deu certo. (Francisca Cordeiro Danta, Bom Conselho, Pe.)

A mulher pode ganhar dinheiro, por exemplo, plantando hortaliças e vendendo, lavando roupa e passando, fazendo tijolos e telhas. As mulheres juntas poderiam levantar empréstimo no banco ou na cooperativa para comprar animais como por exemplo, vacas para produção. Depois venderiam o leite e ganhariam dinheiro que iriam juntando e pondo novamente no banco ou na Caixa Econômica, e assim por diante. Também criando galinhas, perus, patos; criando porcos, ovelhas. Assim, futuramente, a mulher teria dinheiro para talvez comprar casa ou algo mais importante. (Mulher de Bom Conselho, Pe.)

Eu acho muito bom o trabalho. Dá muito resultado, embora esteja difícil a água, que eu carrego na cabeça. Trago lenha, cuido das crianças, tenho cinco filhos. (Maria Vicente de Oliveira, Bom Conselho, Pe.)

As nossas necessidades se resumem no seguinte: sou doméstica, trabalho muito no serviço de casa, lavo roupa, carrego água, atendo às necessidades dos filhos, cuido deles. As dificuldades são grandes porque a mulher do campo é pobre. Além das lutas da casa e da família, ajudo o esposo na agricultura no que posso e não posso, porque a necessidade obriga. Como o lugar é muito atrasado, não aparece emprego para o esposo. A água fica longe para se carregar; às vezes nós saímos correndo para ir buscar água e as crianças ficam em casa trancadas, chorando.

Mas como eu tomei a responsabilidade de ser dona de casa, queria que me apontasse um meio de ajudar para que eu possa vencer até o fim. (Mulher de Gravatá, Pe.)

Eu, como mãe de onze filhos, vivo sofrendo muito nesta época de carestia. Estou em situação difícil. Muitas vezes não posso comprar roupa, calçado ou alimento para os filhos nas horas certas. Faço o serviço de casa e ainda ajudo o esposo na roça. Como somos fracos, desejava que o Governo entendesse as nossas grandes necessidades e comparecesse com alguma ajuda às donas-de-casa, que vivem cansadas e muitas vezes trabalham sem poder, para não sofrerem mais ainda do que já sofrem. (Mulher de Gravatá, Pe.)

Eu, como uma pobre mulher, trabalho em qualquer serviço. Já tenho 50 anos e não tenho descanso. Estou velha e cansada sem qualquer ajuda. Trabalho na agricultura e moro em terra dos outros. Para evitar que as donas-de-casa trabalhassem tanto depois de velhas, desejaria que fizessem um poço artesiano em Avenca, para melhorar a nossa situação. Tenho muita vontade de botar os filhos na escola, mas não posso. Só se houver uma ajuda. (Mulher de Gravatá, Pe.)

Eu apanho crianças seja a hora que for. Esteja noite a dentro ou sol quente, eu vou onde me chamam. (Maria Tomé, parteira, São Caetano, Pe.)

Eu gostava de morar em São Paulo. Comprava roupa, mas o dinheiro ia todo em lotação. (Mulher de São Caetano, Pe.)

As mulheres fizeram um curso de indústria, mas só fazem para uso doméstico, por falta de material. Também fizeram o curso de enfermagem, mas não dão assistência, como é preciso por falta de material. As mulheres do sítio deviam estudar corte e costura, mas não estudam, por falta de recursos. A preocupação das mulheres do sítio é colher os produtos, acompanhadas dos esposos, cuidar da casa, lavar, passar. (Lavrador de São Caetano, Pe.)

É muito importante a participação da mulher na cooperativa.



S TO MEDICO

AMRO FCO

Mas para isso é preciso que a cooperativa também faça reuniões com as mulheres, veja os problemas delas, procure ajudá-las a terem crédito para a criação de galinhas, porcos, cabras. Isso só se consegue com crédito dado pela cooperativa. O importante de tudo isso é a cooperativa fazer reuniões com as mulheres, ou seja, com o casal. A cooperativa reúne o casal, faz o debate e encontra uma solução. (Lavrador de Limoeiro, Pe.)

sobre saúde:

Precisamos melhorar, nas escolas, a assistência médica e a merenda. (Mulher de Bezerros, Pe.)

As moças da zona rural não são preparadas para o casamento por falta de cultura doméstica. Quando são mães não sabem cuidar das crianças. A pobreza aumenta cada vez mais. (Mulher de Bezerros, Pe.)

A mulher precisa de orientação para cuidar da casa, da higiene, da alimentação, dos doentes e de educação sexual. (Mulheres de Bezerros, Pe.)

Vou falar sobre a falta de médicos, dentistas, enfim, sobre muita assistência que falta em nossas regiões. Os postos de saúde estão só com as orientadoras de saúde; os médicos não têm condições de fazer visitas aos postos de saúde da nossa região. (Lavrador de Bom Conselho, Pe.)

Eu sou agricultor, tenho onze filhos, mas não posso lhes dar estudo. Há dois anos estamos com problema de seca. Como a produção agrícola é muito pequena, não dá para sobreviver, por causa da carestia. As donas-de-casa têm muita dificuldade para enfrentar o problema da alimentação das crianças. (Lavrador de Gravatá, Pe.)

sobre a cooperativa:

Vou falar sobre a cooperativa. A cooperativa é muito importante: ajuda os homens do campo, com dinheiro, para trabalhar. As mulheres também podem ser associadas da cooperativa, como também do sindicato dos trabalhadores rurais. São quatro os órgãos que vêm trabalhando em benefício da nossa saúde e em benefício das nossas vidas: o hospital, o centro social, o sindicato e a cooperativa, que é um dos órgãos mais importantes, que ajuda com a sua cooperação, os seus técnicos, os seus benefícios, o seu atendimento. Aliás, cooperativa e EMATER-PE são dois órgãos em um só. (Lavrador de Bom Conselho, Pe.)

Em Gravatá é necessário haver uma cooperativa. A cooperativa deve dar assistência mecânica e tratores. Com relação à assistência sindical rural, em Gravatá nós estamos sem assistência ao agricultor. Saíram muitos sócios por falta de assistência (Lavrador de Gravatá, Pe.)

A cooperativa disse que o POLONORDESTE tinha a intenção de comprar um terreno para repartir com as pessoas que têm terra, mas o dinheiro não chegou. (Lavrador de Limoeiro Pe.)

Outro ponto muito importante é a cooperativa comprar terra para o pequeno agricultor trabalhar, porque o problema é a falta de terra. O pequeno produtor quer trabalhar mas não tem terra. Daí o problema, com a carestia aumentando e o povo passando fome. É preciso que a cooperativa leve o assunto ao conhecimento do Governo e fique insistindo para que o Governo veja mais de perto os problemas e talvez dê uma solução. (Lavrador de Limoeiro, Pe.)

Segundo os depoimentos dos pequenos produtores, podem dizer que as conclusões gerais a que se chegou são as que se esperavam. Todas as mulheres sabem como trabalhar a terra, entretanto são excluídas da orientação técnica sobre cultivo, comercialização, crédito, cooperativismo. Houve consenso geral no sentido de que a EMATER-PE faça as reuniões tanto de orientação agrícola como de orientação social com a participação conjunta dos agricultores e suas mulheres.

Constatou-se que há irregularidades nas formas associativas existentes na área, tais como os sindicatos e as cooperativas. Isso deixa o agricultor inseguro e desinteressado em relação ao movimento associativista.

O grau de desinformação em que vive o pequeno agricultor leva-o a não perceber os benefícios reais que podem ser canalizados através de ações e programas governamentais, tais como PROAGRO, FUNDO DE TERRAS, PROTERRA.

Os projetos e programas existentes na área, de modo geral, não

artem dos interesses da população de pequenos produtores, fazendo com que eles não se interessem por uma participação efetiva.

A partir dessa maior penetração nos problemas, motivações e anseios da população com a qual se pretende trabalhar, foi possível tomar um posicionamento técnico para o desenvolvimento do plano de ação a curto prazo. Os principais preceitos desse posicionamento são:

- Ouvir os pequenos produtores, tendo em vista o estabelecimento de uma estratégia de ação participativa e não paliativa.

- Levar em conta que os municípios de Bezerros, São Caetano Limoeiro oferecem condições imediatas para a formação de grupos associativos de produção.

- Atentar para o fato de que a informação a ser dada aos pequenos produtores deve receber tratamento mais cuidadoso, a fim de que a médio e longo prazo o estado de desinformação em que esses produtores se encontram não venha a criar situações sociais irremediáveis, tais como migração, desestímulo, ceticismo.

- Considerar que grande parte dos agricultores tem no rádio o único meio para acompanhar a evolução dos preços. O rádio deve, pois, ser utilizado como meio de ampliar o acesso do pequeno produtor às informações que lhe são úteis, tais como preços, créditos, cooperativismo.

- Promover maior intercâmbio e integração das ações nos níveis centrais de decisão, a fim de reforçar a integração que os técnicos de nível local vêm buscando alcançar.

- Buscar metodologias alternativas de trabalho conjunto da extensão social com a extensão agrícola que deverão coexistir como uma unidade de intenções e ações.

2.2. Bibliografia selecionada

Identificada no diagnóstico a grande contribuição da força de

trabalho feminina à unidade de produção familiar, tratou-se de elaborar uma bibliografia sobre a mulher rural no Brasil, a qual, publicada sob a forma de resumo bibliográfico, ajudou a interpretar a situação da mão-de-obra feminina no país.

Procurou-se analisar o papel da mulher enquanto produtora de bens e serviços e reprodutora da força de trabalho.

Constatou-se que as atividades femininas, embora gerem renda, muitas vezes não são consideradas como trabalho produtivo e que essa situação se agrava ainda mais no meio rural. É justamente que torna-se mais nítida a discriminação entre produção para autoconsumo e produção para o mercado.

Identificaram-se valiosos trabalhos de pesquisa que poderão ajudar no delineamento do perfil da participação da mulher rural brasileira na força de produção.

Por outro lado, procurou-se enfatizar a necessidade de uma abordagem do trabalho feminino a partir de uma definição da situação da mulher dentro do grupo familiar, inserido, necessariamente, em uma classe social e definido no contexto de determinação do modo de produção.

A curto prazo, e com base nessa interpretação, pôde-se tomar decisões relacionadas: (1) com a importância da inclusão da mulher em ações de extensão antes destinadas exclusivamente ao homem; (2) com a necessidade de nortear-se o desenvolvimento de um trabalho integrando as ações do técnico que orienta a produção agrícola e as do técnico que orienta o papel da mulher no seio da família rural.



2.3. Capacitação continuada de extensionistas

Com os dados de conhecimento da realidade coletados através do diagnóstico participativo, da bibliografia selecionada e do diálogo que a cada dia se procura aprimorar entre os extensionistas e a família rural, foi ficando cada vez mais clara a necessidade do delineamento de um sistema de capacitação capaz de ajudar o técnico e a população a identificarem os pontos de estrangulamento nas suas relações de produção e que também os apoiasse na busca de respostas para os pontos de estrangulamento identificados.

A preocupação maior passou, então, a ser a melhoria da qualidade de vida da família do pequeno produtor, uma vez reconhecida a importância da participação do grupo familiar como mão-de-obra geradora de bens de consumo doméstico e de aumento da renda. Daí a capacitação dos extensionistas para desenvolverem junto com a família rural, Unidades de Produção Familiar, com vistas ao aumento da renda, à melhor utilização dos bens e serviços disponíveis na comunidade e ao fortalecimento de uma relação de participação efetiva entre os técnicos e a família rural, metas definidas como os resultados imediatos a que o processo de capacitação continuada deveria conduzir.

2.3.1. Algumas considerações iniciais

Os estudos e os estudiosos sobre a aprendizagem do adulto afirmam que a base do processo dessa aprendizagem é a experiência pessoal, isto é, a experiência das condições concretas de sua existência. É a partir dessa base real que nasce e se consolida o interesse do adulto em conhecer, sua vontade de fazer o esforço necessário para aprender. É explicando e integrando essa experiência concreta de vida que o adulto extrai o conhecimento útil à orientação de sua atividade prática.

Com essa preocupação em mente procuraram-se métodos e meios que permitissem reunir experiências concretas de vida do extensionista e da família rural, para que, através de um confronto entre elas, nascesse uma nova experiência de vida como alternativa viável e útil na orientação de suas atividades práticas.

Assim, o processo de capacitação continuada do extensionista busca também o envolvimento das famílias dos pequenos produtores rurais, dando oportunidade a que técnicos e agricultores se identifiquem com o processo de inovações e de transformação da comunidade, participando dele ativamente.

Acredita-se que os agricultores são os que melhor conhecem o seu meio, suas limitações e seus problemas. Em conseqüência, estão em melhor condição para propor e aplicar soluções adequadas. Criar projetos com a ajuda dos agricultores custa menos e responde melhor às suas necessidades. O fracasso observado na maioria dos programas de desenvolvimento rural deve-se à falta de participação de agricultores interessados. Sem as organizações de produtores o desenvolvimento rural não consegue obter uma mobilização efetiva. As formas associativas rurais ajudam a identificar as necessidades do grupo e podem servir de intermediário entre essas necessidades e os programas institucionais.

A capacitação do extensionista deve representar, portanto, um processo que procura desenvolver as noções de técnicas agrícolas de maneira crítica, estimulando o profissional a pensar, a ter iniciativa e a aperfeiçoar-se. Esse processo também deve acatar suas opiniões e ajudá-lo a determinar as próprias limitações e potencialidades a partir daquilo que ele sabe e pode fazer. Sua supervisão deve ser educativa e de apoio, garantindo-lhe a possibilidade de trabalhar com segurança e dedicação, contribuindo para o bem-estar da comunidade e granjeando a confiança e o respeito da sua gente.

Uma capacitação assim orientada fará do extensionista um técnico inovador, não somente em relação às técnicas agrícolas, mas também como um ser humano solidário, capaz de ajudar a despertar o potencial da população com a qual trabalha, no sentido da conquista de seus direitos humanos.

As situações concretas que o técnico e as famílias rurais escolherem como objeto do seu trabalho cooperativo serão apenas um ponto de partida, dentro do compromisso maior com a transformação da realidade de vida das pessoas envolvidas. Se a construção de um barreiro contribuir para a união da comunidade, aju-

dando-a a conquistar um futuro melhor; se a cooperativa formada e administrada pelos pequenos produtores associados encorajar sua autoconfiança; se a ampliação ou diversificação da agricultura, ao invés de impor tecnologia externa, encorajar o desenvolvimento interno da própria comunidade, visando uma melhor compreensão e uso de suas terras, sua potencialidade e seus direitos, então fazemos barreiros e organizemos cooperativas que o trabalho dê extensão começará a lidar com as causas reais da pobreza e do subdesenvolvimento.

2.3.2. O instrumento de estudos

O processo de capacitação continuada, definido como um meio capaz de promover a implementação da ação participativa, reflexiva e transformadora da realidade a ser modificada, concretiza-se através de um conjunto de instrumentos de estudos, atividades e materiais que caracterizam o ensino semi-indireto, utilizando-se módulos de auto-instrução, sessões de estudos em grupo, seminários, estágios de observação, cursos, reuniões, encontros locais com a população e visitas aos locais de trabalho.

Os instrumentos de estudos desenvolvem conteúdos identificados pela própria população e pelos extensionistas como de interesse para melhorar o seu trabalho. Esses instrumentos são flexíveis e em número não fixado previamente, pois o processo permite que, no decorrer da capacitação, outros temas de interesse sejam gradativamente incorporados, em função das novas necessidades que vão surgindo no trabalho de campo.

A concepção metodológica do instrumento de estudos inclui as seguintes etapas básicas: indicação dos temas ou problemas ligados à dinâmica do relacionamento entre o técnico e o produtor rural; organização dos temas e elaboração do instrumento.

A indicação dos temas é feita a partir das experiências vividas pelos extensionistas em interação com as famílias de pequenos produtores, refletindo seus interesses e suas necessidades de novo aprendizado, atualização ou reforço.

A partir dos dados de conhecimento da realidade já descritos anteriormente e da realização de seminários, reuniões e encontros com os extensionistas e a população rural, chegou-se à indicação de quatro temas principais:

ORGANIZAÇÃO

PRODUÇÃO

AUTOGESTÃO

COMERCIALIZAÇÃO

Identificados os temas gerais apontados pelos extensionistas como sendo merecedores de maior reflexão, procurou-se maior grau de especificação dos conteúdos que deveriam ser tratados em cada tema.

Foi, então, aplicado um questionário de sondagem no qual se solicitava ao extensionista que, refletindo sobre a sua experiência de campo e sobre o resultado da sua vivência em diferentes atividades de desenvolvimento profissional, identificasse em cada um dos quatro temas propostos — organização, produção, autogestão, comercialização — o seguinte:

1. Quanto aos aspectos de organização

1.1. Tipo de atividade já desenvolvida: _____

1.2. Dificuldades encontradas: _____

1.3. Sugestão de conteúdos a serem incluídos nos instrumentos de auto-instrução: _____

As respostas às perguntas do questionário de sondagem permitiram-nos compor o seguinte quadro-síntese relativamente a cada um dos temas indicados.

Quanto ao tema **organização**: dinâmica de relacionamento; comportamento dos grupos, estratégia para o trabalho com grupos; técnicas de comunidade; trabalho integrado com todos os membros da família; reuniões para descobrir assuntos de interesse da comunidade; acompanhamento efetivo com trabalho de grupos de familiares; capacitação da mulher no processo cooperativista.

Quanto ao tema **autogestão**, as sugestões foram: desenvolver conteúdos atualizados através de palestras, cursos, reuniões, folhetos, revistas; conseguir que os produtores se auto-administrem; fazer com que os produtores se organizem.

O tema **produção** foi assim desdobrado: campanhas de produtividade; demonstração de adubação; instalação de horta comunitária; conteúdos que englobem todo o ciclo de produção, desde o preparo do solo à colheita; produção de feijão, mandioca, boi de leite; indústria caseira; diversificação de culturas; construção de açudes, barragens, etc; agilização da revenda de insumos; sementes selecionadas (onde comprar sementes); desburocratização do crédito rural.

Uma ligeira análise das sugestões feitas mostra, entre outras coisas, que não houve maior preocupação, por parte do extensionista, em limitar a sugestão de conteúdos aos temas propostos; que grande parte dos conteúdos solicitados consta dos cursos tradicionais de capacitação do extensionista e, portanto, já deveria ser do seu domínio técnico; que alguns conteúdos indicados dependem sobretudo de decisões políticas superiores, como no caso da *desburocratização do crédito rural*; que vários conteúdos solicitados seriam melhor aprendidos através de outras técnicas didáticas diferentes do instrumento de auto-aprendizagem à distância, como, por exemplo, a *demonstração de adubação*, que pode ser melhor aprendida pela observação e prática de como se aduba do que pela leitura de um texto sobre o assunto. Vale observar ainda que foram solicitados temas para estudo que deveriam ser do pleno domínio do extensionista, por constituírem seus próprios instrumentos de trabalho, tais como as técnicas de *como trabalhar com grupos, como realizar reuniões para descobrir assuntos de interesse da comunidade, como realizar campanhas de produtividade*.

Fazemos aqui esta breve análise não para criticar, mas para reforçar o princípio de que a clientela de qualquer atividade pedagógica deve ser ouvida e deve participar ativamente da definição de objetivos, conteúdos e métodos do seu próprio processo de aprendizagem. Esse é um princípio que se fortalece ainda mais quando se trata de descobrir metodologias alternativas para melhorar o desenvolvimento dos profissionais já engajados em um trabalho dinâmico que pretende ser adequado às práticas de produção e de vida da população envolvida.

Vale ressaltar que as sugestões ao questionário de sondagem serviram para identificar uma primeira manifestação dos interesses e necessidades de atualização e aprofundamento de conhecimentos dos extensionistas.

Com tais resultados foi possível definir-se uma matéria-prima básica para dar início ao processo de capacitação continuada, ressaltando-se que se tratava apenas do início do processo e que, portanto, os extensionistas deveriam continuar manifestando outros interesses e outras necessidades. Esses novos interesses e necessidades serão levados em consideração, passando a serem atendidos, seja através da incorporação de novos temas a serem discutidos nos instrumentos de estudos subseqüentes, seja através de outros recursos de aprendizagem, tais como seminários, ciclos de estudos e orientação prática.

A análise dos conteúdos sugeridos serviu para identificar a necessidade de se proceder a uma organização dos temas, que consistiu não só no desdobramento destes, como também na inclusão de aspectos cuja ausência foi sentida e que serviriam de apoio à proposta de reflexão conjunta com os extensionistas. Assim, percebeu-se a necessidade da inclusão de conteúdos que desencadeassem maior reflexão e compreensão sobre o homem como membro de um grupo social e econômico; o homem e sua interação com o ambiente físico; uma compreensão mais prática do que teórica dos processos de aprendizagem por que passa o homem no seu esforço de adaptação e superação relacionadas com o seu ambiente físico, social e econômico.

Para atender, pois, às necessidades identificadas e dar ao exten-

sionista uma visão mais ampla do seu papel não apenas de transmissor de técnicas agrícolas, mas de pessoa solidária e comprometida, que deve atuar crítica e criativamente no sentido de contribuir para modificar a qualidade de vida das famílias rurais, um conjunto de temas e conteúdos foi organizado.

A organização dos temas e conteúdos através de UNIDADES DE ESTUDO passou a constituir um conjunto harmônico e integrado de conhecimentos capazes de servir como elementos de reflexão da prática profissional. As seguintes UNIDADES DE ESTUDO foram então organizadas:

Unidade de Estudos I — que procurou situar o **HOMEM** como ser que aprende e se relaciona com o seu ambiente físico e o seu grupo econômico-social.

Unidade de Estudos II — que situou a **FAMÍLIA COMO UNIDADE DE PRODUÇÃO**, focalizando os diferentes papéis dos seus membros na unidade familiar e a função educadora da família, sobretudo na constituição e capacitação de uma nova força de trabalho.

Unidade de Estudos III — que tratou das **ATIVIDADES PRODUTIVAS DOS GRUPOS ORGANIZADOS**, refletindo sobre a organização de produtores, ou seja, as formas associativas que podem ajudar a melhorar a produção, a comercialização, a autogestão.

A partir da estruturação dos temas e conteúdos em Unidades de Estudos, passou-se à **elaboração do instrumento de estudos**, também chamado módulo de auto-instrução.

O que é um instrumento de estudos?

Instrumento de estudos é o conjunto de textos selecionados sobre determinado tema que os extensionistas identificaram como sendo de interesse para o desenvolvimento do seu trabalho. Os textos selecionados não se destinam à transmissão de conhecimentos ou informações técnicas. Os conhecimentos que veiculam têm a finalidade de desencadear no extensionista um processo de questio-

mento do seu trabalho de campo. Considera-se que o importante não é acumular informações, mas saber usá-las para melhorar as ações de troca entre o saber técnico e a prática de produção e de a da população rural.

De que se compõe um instrumento de estudos?

Do seguinte:

O TEMA ou assunto que está desenvolvido através de textos básicos selecionados.

OS OBJETIVOS a serem alcançados pelos extensionistas ao estudarem os textos.

A ORIENTAÇÃO para o estudo que inclui: leitura, exercício, discussão, reflexão, consulta ao orientador, consulta bibliográfica, tarefas práticas, reflexão da prática, trabalho de campo. A orientação para o estudo procura reforçar no extensionista a habilidade de observar, registrar o que foi observado e usar os resultados do que observou e registrou.

Os TEXTOS BÁSICOS que são relacionados a cada um dos temas, de leitura obrigatória.

Os textos são extraídos essencialmente da literatura da região, e enriquecidos pelos dados do diagnóstico, pela experiência dos extensionistas e pelos depoimentos gravados prestados por representantes das comunidades rurais.

Os EXERCÍCIOS, para ajudar a fixar, rever e validar as idéias principais dos textos, servem também de reforço ou correção imediata em casos de acerto ou erro.

Os TEXTOS SUPLEMENTARES, considerados também de leitura obrigatória, servem para complementar as informações dos textos básicos ou, em contraposição, para introduzir pontos de vista diversos dos apresentados nos textos básicos, funcionando como mais um elemento estimulador da reflexão crítica.

A BIBLIOGRAFIA selecionada é de leitura facultativa, mas considerada necessária para validar ou polemizar idéias discutidas nos textos básicos e nos suplementares.



2.3.3. Outras atividades de capacitação

Para algumas das dificuldades sentidas pelos extensionistas tem-se observado que, além do instrumento de autocapacitação, devem ser usados outros recursos de aprendizagem mais adequados à natureza da dificuldade encontrada.

Por exemplo, um grupo de pequenos produtores do município de São Caetano manifestou interesse em organizar-se em torno de uma pocilga comunitária que viesse a beneficiar todos os associados. Como os extensionistas da área não se sentiam suficientemente seguros para orientar a criação de porcos, sua primeira reação foi perguntar se seria possível a elaboração de um módulo auto-instrucional sobre criação de porcos. Discutidas as várias alternativas metodológicas disponíveis, chegou-se à conclusão de que a melhor forma de aprendizagem seria a realização de um **estágio de observação** em algum povoado onde estivesse sendo desenvolvido um projeto comunitário de criação de porcos.

Assim, organizou-se o estágio de observação para um grupo integrado por técnicos e pequenos produtores interessados na criação de porcos os quais puderam aprender, na prática, aspectos ligados à construção de pocilgas, aquisição e manutenção dos animais, custos, compra da ração, e comercialização da produção.

Além dos estágios de observação, tem-se lançado mão também de **seminários**, quando o processo de capacitação indica a necessidade de uma parada para maior reflexão sobre problemas mais abrangentes. Foi realizado, por exemplo, um seminário para discutir a integração das ações de vários órgãos governamentais que atuam no meio rural, tendo-se chegado a propostas bastante concretas em termos de linhas comuns, da não pulverização de esforços e recursos e da canalização de mais recursos financeiros para os projetos de desenvolvimento integrado das áreas rurais.

Outro seminário discutiu a qualidade de vida no meio rural, situando as principais idéias discutidas dentro do conceito de qualidade de vida como síntese das necessidades fundamentais do homem. Foram analisados aspectos concretos que permitem avaliar

qualidade de vida em termos de níveis de consumo e condições de ocupação, ou seja, a necessidade que tem o homem de servir à produção, porém sob boas condições de saúde e tendo resguardada sua participação no produto social de tal atividade.

As discussões conduziram os participantes a entender qualidade de vida como expressão social do esforço produtivo da comunidade e de seus integrantes; a preocupar-se com a estrutura social em que essa qualidade é gerada; a reconhecer que toda mudança que se pretenda introduzir em qualquer dos componentes da qualidade de vida deve levar em conta a totalidade da estrutura sócio-econômica da comunidade e a pensar na necessidade de mudança, de transformação, uma vez que na compreensão do nível de vida está implícita a idéia das classes sociais marginalizadas.

Para discutir problemas específicos levantados pela população rural, como os de saúde, por exemplo, vêm sendo promovidos encontros locais de saúde, atividade que se presta muito bem à capacitação conjunta dos técnicos e da população, envolvendo também os profissionais de saúde da área dos projetos.

A realização dos encontros locais de saúde tem-se revelado uma atividade muito rica, pois atende a solicitações específicas da população, sob a forma, por exemplo, de interesse em aprender a aplicar injeção; saber o que fazer no caso de doenças transmissíveis, tais como sarampo, coqueluche, pneumonia; discutir soluções comunitárias para o problema da falta de água boa para beber, da falta de destinação correta para o lixo; aprender as providências caseiras para prevenir a diarreia e evitar a desidratação; discutir formas de produzir e consumir melhores alimentos; levantar necessidades e conhecer as possíveis soluções para melhorar as moradias.

Sabemos que tanto a técnica da reidratação oral, no caso da diarreia, quanto a construção de fossas são ações simplesmente paliativas face aos grandes problemas de saúde que a população rural enfrenta em nosso país. Sabemos que a causa fundamental dos seus problemas de saúde, ou seja, a doença primária, é a injustiça - de terra, de oportunidades de estudo, de representação política, de direitos humanos básicos. Sabemos, também, que tais injustiças

debilitam a capacidade do homem do campo para prover seus próprios cuidados de saúde. E que, em conseqüência, os poderes políticos e econômicos adotam cada vez mais uma política paternalista, em razão da qual a população rural carente perde sua opinião política própria e se torna receptiva à assistência e à exploração.

Na discussão dos problemas de saúde com a população rural, os extensionistas tem-se procurado, portanto, evitar a introdução de programas e de ações que imponham iniciativas do tipo *construção de privadas e campanhas de filtro* e tem-se preferido conduzir a compreensão dos problemas de saúde dentro de um universo de causalidade mais amplo, buscando estimular a comunidade a tomar parte ativa na compreensão das causas dos seus problemas de saúde e na busca de soluções para esses problemas.

Tem-se considerado que esse processo de capacitação da população para assumir crítica e reflexivamente a prevenção e a promoção da saúde deve dar ênfase, principalmente (1) à compreensão das relações que existem entre os modos de viver (posse da terra, produção, alimentação, moradia, escolaridade, lazer) e a saúde; (2) ao conhecimento dos serviços de saúde existentes ou que deveriam existir na área, a fim de que se possa ampliar o acesso dessa população marginalizada às ações básicas de saúde.

A dinâmica desses encontros locais de saúde tem procurado fortalecer as relações de troca entre o saber popular e o saber técnico, valorizando também as práticas populares de saúde, dando aos participantes a oportunidade de discutirem o que sabem sobre as doenças que mais ocorrem nas suas comunidades e de como as tratam.

Espera-se que a continuidade desses encontros permita que também se desenvolva com a população uma reflexão mais profunda sobre a adequação dos serviços disponíveis na área às necessidades reais de saúde identificadas pela própria população, como é o caso, por exemplo, da população de Pindobinha, no Município de Bom Jardim, que segundo D. Conceição tem as seguintes necessidades:

Aqui tem muito doente. A pessoa que fica doente aqui vai pra Bom Jardim atrás de uma farmácia.

É adoece de que?

Vai ver é papeira, vai ver é sarampo, vai ver é bexiga, vai ver é negócio de mulher fazer coletagem, aí vem negócio de cisto no ovário. Tudo isto tem que pender para Bom Jardim. Não tem uma enfermeira formada aqui. Tudo isso é doença não é? Aí vem uma crise que dá. Ninguém entende aqui. Tem uma crise, não tem quem aplique uma injeção. Outro dia mesmo estava uma mulher com hemorragia, foi parar em Bom Jardim para fazer coletagem, e não tinha nem quem explicasse os remédios que ninguém entendia.

Outra atividade que se tem prestado muito bem ao desenvolvimento de um processo de capacitação conjunta de técnicos e população é o chamado dia especial de campo.

Com a finalidade de aprofundar as discussões e buscar alternativas mais adequadas de formas associativas para a produção de alimentos, reuniram-se em Agrestina, em janeiro de 1983, quarenta e quatro agricultores representantes de quinze comunidades rurais da área. A realização desse dia especial foi precedida de uma fase preparatória em que as comunidades escolheram os associados para contar suas experiências associativas, apresentar as dificuldades e soluções que estão encontrando, assim como oferecer sugestões para a continuidade do trabalho associativo, em função das melhorias das condições de vida.

A seguir apresentamos uma síntese dos principais pontos individualmente levantados pelas comunidades rurais que participaram do dia especial.

O primeiro ponto discutido foi de que maneira o seu grupo ou sua associação pode ajudar na solução dos seus problemas e dos problemas da sua comunidade?

— Ajudando os outros para que possam continuar juntos na comunidade, fazendo uma reunião para que nós possamos saber os problemas de todos os associados. — Comunidades

de Riacho do Peixe, Riacho do Maracajá e Água Branca, município de Agrestina.

- *Se reunindo, discutindo os problemas e procurando meios de como resolver. Juntando várias opiniões pode descobrir se o grupo pode resolver o problema ou se precisa procurar os órgãos competentes.* – Comunidades de Quimadas, Letreiro, Carão, Sucavão e Cajarana, município Altinho.
- *Nós podemos reunir o pessoal e cada um pode dar um toco para comprar medicamentos e deixar reservado para as necessidades. Para a escola podemos ajudar com tijolos, telhas e mão-de-obra.* – Comunidade de Brejo Velho, município de Panelas.
- *Nós podemos ajudar com a construção do barreiro e a construção da farmácia veterinária de acordo com todos acima.* Comunidade de Cajueiro, município de Panelas.
- *A maneira do grupo ajudar é com mutirão, com amor e união.* – Sítio Coadjutor, município de Bezerros.
- *Ajudar com boa vontade. Se reunindo para descobrir as necessidades e passar à frente, isto é, melhorar a vida. Com pequena ajuda financeira. Aumentando o número de sócios. Fazer trabalhos de mutirão. Fazer união, estar bem com todos, sem briga ou desunido.* – Sítio Matias, município de Gravatá.
- *Reunir o povo para debates, procurando os meios que dá condição para se chegar a uma solução através da participação e apoio dos técnicos da EMATER-PE.* – Comunidade de Pindobinha e Feijão, município de Bom Jardim.

O segundo tópico discutido foi: **de que o seu grupo ou a sua associação necessita ainda para melhor desenvolver a sua comunidade?**

- *Ter condição financeira para que possa ajudar os outros. Ter*

mais animais para os sócios que se interessarem. Ter cooperativa e sindicato rural — Riacho do Peixe, Riacho do Maracujá e Água Branca, município de Agrestina.

- Precisa mais participação e aceitação, pelas pessoas da comunidade, da orientação sobre novas técnicas para plantio e criação, e também entender que os problemas da comunidade cabe a nós procurar resolver. — Queimadas, Letreiro, Carão, Sucavão e Cajarana, município de Altino.*
- Eletrificação, escola, farmácia veterinária, posto médico. De acordo com as famílias da região vamos fazer levantamento do projeto e ver se o banco faz financiamento para eletrificação. — Brejo Velho, município de Panelas.*
- Precisamos de barreiro comunitário e farmácia veterinária. — Cajueiro, município de Panelas.*
- Precisamos de mais dinheiro para beneficiar mais sócios da comunidade do Coadjutor, que não estão muito animados, porque alguns são sócios sem benefícios, só trabalhando, limpando barreiros, consertando estradas... Estão à espera do benefício. O problema na minha comunidade é um tanque para ser movimentado pelo carro-pipa. Precisamos de uma farmácia comunitária. Precisamos de mais reuniões com os sócios para eles entenderem o que é comunidade. Precisamos de sementes selecionadas, professoras de corte e costura e máquinas para desenvolvimento da comunidade do Coadjutor. Precisamos de uma privada no grupo escolar, como na casa de cada sócio. Precisamos de um dentista, nem que seja uma vez por mês. Precisamos de um miniposto. — Sítio Coadjutor, município de Bezerros.*
- Precisamos de uma cisterna para beneficiar os sócios e a comunidade. De um miniposto, de um telefone, de estradas, de máquina para cavar barragens. Mais conscientização na comunidade para que entendam o que é associativismo em termos de sociedade. Precisamos de mais uma professora do Estado. Tudo isso com o apoio dos órgãos competentes*

que possam ajudar-nos. — Sítio do Boqueirão, município de São Caetano.

- De empréstimo de juros baixos para aumentar o roçado. De construção de barreiros. Se reunir mais para conversar sobre os problemas. De motor para fazer irrigação. De um centro comunitário. — Sítio Matias, município de Gravatá.*
- Que haja mais união; que acreditem no trabalho a ser desenvolvido; que haja maior incentivo para um trabalho comunitário. — Pindobinha e Feijão, município de Bom Jardim.*



3. ORGANIZANDO A POPULAÇÃO RURAL

A experiência de trabalho com a família rural tem mostrado que o pequeno produtor, isolado, dificilmente encontra alternativas para superar a precária situação em que se encontra. Mesmo que ele continue assistido pelos serviços de extensão e pela transferência tecnológica de métodos de produção e de crédito agrícola, nos moldes em que tem sido feito, não irá muito longe. Isso porque a informação que lhe é repassada e o crédito agrícola que lhe é oferecido são esforços isolados e, principalmente, são condutas paternalistas que não ajudam o pequeno agricultor a desenvolver uma compreensão mais ampla das suas condições precárias de vida e a buscar soluções coletivas, a nível da sua compreensão, para tal situação.

As dificuldades que os pequenos produtores enfrentam podem ser diminuídas com o desenvolvimento de organizações associativas de produção que realmente promovam o seu acesso ao crédito, a insumos e à comercialização, atividades das quais ele não conseguiria participar isoladamente.

Neste trabalho deixamos de considerar as formas tradicionais de associativismo, que ao longo do tempo nada mais conseguiram senão reforçar a dependência paternalista, para analisar formas simples de participação coletiva que os próprios agricultores vêm encontrando, com o apoio dos técnicos, cômicos de que a participação não é um presente que se recebe e sim um direito que se conquista na prática.

Empregaremos aqui um conceito mais amplo de formas associativas no campo, significando todas aquelas unidades em que atividades de caráter coletivo, são realizadas com a finalidade de alcançar um objetivo comum.

Quando falamos de *formas associativas de produção* na atividade agropecuária, estamos nos referindo principalmente àqueles tipos de unidades baseadas na coletivização das ações ligadas ao setor primário da economia e que dizem respeito à produção, ao crédito, ao consumo, à comercialização e a outros serviços destinados a melhorar a vida do pequeno produtor.

3.1. Pequenos projetos como alternativa de desenvolvimento da família rural

O que aqui estamos chamando de *pequenos projetos* é um conjunto de ações ou atividades que são desenvolvidas com a finalidade de apoiar um grupo de pequenos produtores na melhoria das suas condições de vida ou na superação de um problema por eles identificado. Esses pequenos projetos são, portanto, oportunidades que estão sendo criadas para que um grupo de pessoas forme a sua própria organização e esta descubra os meios de melhorar a sua qualidade de vida, objetivo comum de todas essas pessoas.

Segundo seu código de valores, solidariedade, e respeito mútuo, cada um dos membros dessas pequenas organizações estabelece os próprios deveres, responsabilidades, direitos e obrigações que todos assumem voluntariamente e que, portanto, respeitam e cumprem porque assim o decidiram. As regras são estabelecidas consoante os princípios morais do próprio grupo que também constituem a força de pressão para que as mesmas sejam cumpridas.

Uma das críticas comumente feitas aos pequenos projetos é a de que a eles geralmente são atribuídos poucos recursos financeiros. De fato, os recursos canalizados para tais projetos são relativamente modestos, mas eles têm um grande poder aglutinador junto à população de baixa renda, pois embora poucos passam a constituir o núcleo para a organização e formação da empresa econômica. Esta empresa, de acordo com o desejo de seus membros, pode ser de diferentes tipos: clubes, associações simples, empresas comunitárias ou outros tipos de empresa de interesse social.

Os pequenos projetos em andamento na área do agreste setentrional de Pernambuco estão assim agrupados, de acordo com seus objetivos:

Criação de pequenos animais

O senhor Domingos Elias, da área rural do município de São Caetano, conta que as pessoas da sua comunidade queriam criar

pequenos animais e então pensaram em solucionar esse problema — criação de pequenos animais — através de uma sociedade.

Uma das primeiras atividades que a sociedade realizou foi a construção da pocilga, através de mutirão. A sociedade teve um problemzinho — o dinheiro para comprar a alimentação dos porcos demorou a sair. Nessa época o banco não estava financiando a alimentação. Nós sofremos uma grande crise. Uma solução que se encontrou foi o aproveitamento da maniva, da raspa de mandioca. Mas isto tudo dura pouco tempo.

Depois nós pensamos em fazer a farmácia veterinária. Beneficiaria cinco famílias da criação de porcos. Tivemos um treinamento sobre criação de porcos. Cada grupo já sabe e já tem uma farmacinha com o material necessário para vacinar.

Também teve outro problema. O plano foi feito para porcos de engorda. O banco mudou pra recria. Aí atrasa. Dá problema.

A situação agora é que, destes porcos que foram comprados, tem os que já criaram e estamos vendendo para a comunidade da mesma forma em que a gente comprou. Tem os colegas que também já tão querendo ter uma pocilguzinha.

Nós pensamos em fazer uma sociedade para a gente se reunir e discutir os problemas da comunidade. Depois a gente se reúne, mesmo sem a presença da EMATER-PE.

A reunião é nos domingos, às 10 horas, para não roubar o dia de trabalho. Último domingo de todo mês. Se há uma necessidade, pode se reunir noutro dia. Tem sócio que acha dificuldade. Aí a gente discute e decide outro dia, no grupo escolar, que é no centro e fica mais próximo pra toda a comunidade.

Então nessa sociedade fizemos dois projetos. Fizemos um de plantação de mandioca, uma fase melhor para alimentação. Quem tem farinha em casa não passã fome e também é a agricultura que mais tem na área. O plantio da mandioca é feito em forma de mutirão. Tem ajuda de todo o pessoal da sociedade.

Outro projeto é a construção de privadas com ajuda do PRODECOR. Nós entramos com mão-de-obra, tijolo... Em regime de mutirão também. Os outros fazem a minha, eu faço a dos outros.

Tem uma farmácia comunitária também. Nós ficamos sustentando com o rendimento do plantio da mandioca. É importante ter o medicamento na comunidade pra não ter que caminhar quatro léguas para buscar o medicamento. Fica na casa de dois. Cada um paga cem cruzeiros por mês pra juntar com o rendimento da mandioca. Pra sustentar a farmácia ou pra pensar outra coisa pra frente.

A nossa sociedade é recém-nascida e então a dificuldade é que muita gente ainda não sabe o que é uma sociedade numa comunidade. Foi obrigado a fazer três ou quatro reuniões pro pessoal entender um pouco mais o que é associativismo. Trinta famílias estão no plano da construção das privadas. Moram umas 200 famílias na comunidade. Tamos trabalhando pra chegar mais gente na sociedade. É preciso que a pessoa vá incentivando e em cada reunião a gente pega um, pega dois..."

O Senhor Antônio Custódio, da comunidade rural de Feijão, no município de Bom Jardim, conta como funciona o projeto de aviário.

Toda semana trabalham duas mulheres pela tarde e duas pela manhã. Quer dizer que, dentro de 60 dias, trabalham 36. Tem mulher e tem homem também. Todos sócios do clube. Agora, não dá pra todos porque são 50 sócios e trabalham só 36. Eles colocam ração, tiram os bebedouros e lavam, mudam a água, colocam remédio. Eles vêm também participar da vacina.

O que vocês fazem com o lucro?

Com o lucro compra de novo, compra ração. Compramos também duas partidas de enxada pra dar aos sócios. Foi muito importante. Eles gostaram muito. Uma enxada tá custando hoje 300 cruzeiros... Do dinheiro, do lucro do aviário tiramos e compramos 50 enxadas para 50 sócios. Cada um ganhou uma.

Eles não podem comprar. Fizemos uma reunião e na reunião todo o mundo recebeu a sua enxada. Chamamos pelo nome e cada um recebeu sua enxada. A arma do agricultor é a enxada. Sem uma enxada ele tá desarmado. Eles acham isso, né? Não podem comprar um arado, não podem comprar um trator, tem uma enxada. É o trator braçal, né? No futuro talvez consiga um arado. Tudo tá indicando que vamos ter isso aí. Com duas ou três partidas de criação dessas dá pra criar sem precisar mais do dinheiro de ninguém.



ERTANEJA

AMARO ES

Na comunidade de Cajarana, no município de Altinho, o projeto de criação de cabras é assim relatado pelo extensionista Wellington e por uma representante da comunidade.

O projeto de caprinocultura foi implantado há três meses atrás e nós já estamos vendo algum efeito, em função da aquisição das cabras e da construção de pequenos abrigos pelo próprio produtor, e o projeto está em ascensão.

Das dez cabras adquiridas e um reprodutor nós já temos sete cabras paridas. É o interessante é que estas cabras paridas estão nos fornecendo, diariamente, a média de um litro e meio de leite que está servindo de alimentação para os filhos desses agricultores. Esta cabra, além de fornecer um litro e meio de leite, diariamente, também alimenta seus dois filhotes. Esta família que tem seis filhos, sendo um com três a quatro meses, já se alimenta do leite da cabra.

— *Quem é que toma o leite da cabra?*

— *É a minha criancinha, aquela que está na janela.*

— *Me diz o seguinte: antes da senhora adquirir esta cabra, como alimentava o seu filho?*

— *Comprava o leite e agora não compro mais não. Já o dinheirinho que era de comprar o leite agora já não compro mais. Vou comprar outra coisinha prá ela, né?*

— *A senhora tem vontade de aumentar a criação?*

— *Eu tenho, sim senhor. Tá vendo esses dois cabritinhos? Se fosse um casal eu achava melhor. Se fossem duas cabritas fêmeas eu achava melhor ainda porque com uma eu fazia uma cabra e a outra ia pagar, né?*

— *Como é esta história de pagar a cabra?*

— *Como é que vai ser? Não é com as cabritas? Pois sim, estas duas cabritas é da gente. E então, quando elas derem outra*

vez, se for uma cabrita ou se forem duas, nós vamos pagar uma, não é isto? Aí nós fica devendo uma. E quando ela der outra cria, se for uma cabrita fêmea, aí nós vamos pagar aquela outra cabrita. Agora, se for macho, fica prá gente, não é assim?

- *O que a senhora vai fazer com estes dois cabritos, já que eles são machos e são da senhora?*
- Estes dois cabritos... Ele tá de intenção assim: se mais pra frente ele resolver ele vai vender pra comprar outro. Vai vender ou matar no inverno, pra botar assim num roçadinho pra ajudar. Nós tamos assim com esse destino, ninguém num sabe, que tá na mão de Deus aí, né?
- *Qual é o trabalho que esta cabra dá?*
- Trabalho é só amarrar ela no mato, dar uma raçozinha, dar uma aguinha...
- *E para fazer o abrigo, seu esposo gastou muito? Ele comprou o material ou já tinha?*
- Gastou pouquinho. O material ele catou por aí, pelo meio dos matos, trouxe as varinhas e fez.

D. Severina, da comunidade rural de Coadjutor, no município de Bezerros, conta como a associação está resolvendo o seu problema de criação de animais.

- *Olha, o dinheiro que veio foi muito pouco pra cada pessoa ter uma vaca. Aí eu combinei com Pedro e com Glória pra eles cederem pra quatro e eles combinaram que até que fosse cinco podia ser dono de uma vaca. Assim a gente tirou o dinheiro e comprou essa novilha, que ainda não é uma vaca, pra quatro pessoas: Devando, Nestor, Airton e Adeildo.*
- *E como é que vai ser depois pra dividir por quatro?*
- Quando ela der bezerrinho, se for uma bezerra fica pra dois

e a vaca fica pra dois. E se for um bezerro, a gente cria bezerro e troca por uma bezerra pra fazer uma vaca. Quando vier nova cria, aí faz a mesma coisa: arranja mais um sócio dá a dois (sócios), e assim a gente vai aumentando a sociedade.

— *Como se formou a sociedade?*

— Foram compradas duas vacas porque o dinheiro não deu pra comprar mais do que duas vacas. Compraram um bezerro pra João Ferreira; pra Carlos e Maria de Lourdes, um bezerro; pra Jorge Francisco, um bezerro; pra José Joaquim da Silva, um bezerro; pra João Joaquim, um bezerro; pra Luiz Severino Lira, um bezerro; pra Luiz Francisco Pinto da Silva, um porco; pra Manoel Alves Bezerra, um porco; pra Antônio Vicente da Silva, um bezerro; pra José João de Lima, um bezerro. As pessoas que compraram os bezerrinhos se comprometeram a pagar esse bezerro com dois anos. Agora, a gente pensa assim: com dois anos, quando eles pagarem esse dinheiro, se vocês combinarem, a gente vai devolver pra outro sócio o dinheiro com que ele pagou o bezerro e ele compra pra outro pra ele, se assim der certo. É o que a gente pensa. A gente toda aqui pensa assim.

— *E quem comprou os porcos, como é que vai pagar?*

— Quem comprou os porcos vai pagar em um ano e seis meses a gente deu esse prazo. Não foi dois anos, não. Com um ano e seis meses, quem tá criando porco com certeza daqui até lá dá pra criar porco três vezes, não dá? Eu acho que dá. Já ele pode pagar o porco e ficar com o porco pra ele. Já fica criando pra ele e devolve o dinheiro pra outro ir criar porco porque aqui tem muita gente e o dinheiro foi muito pouco.

— *Quantas pessoas tem aqui?*

— Eu sei que residências são 120. Agora, eu não sei dizer quantas pessoas porque tem casa até de 12 pessoas.

- *Quer dizer que quem tá criando vaca tá pensando em aproveitar o leite pra que?*
- O leite é pras crianças pobres, porque são muitas. A minha vaquinha mesmo é pra beneficiar quatro famílias com o leite. Todo mundo tá interessado em criar vaca porque a vaca tem o leite.
- *Só é ruim porque falta pasto, não é?*
- Não, não falta pasto, não, porque uma vaca é muito fácil pra tratar. É melhor tratar de uma vaca do que tratar de uma cabra porque os cabritos andam muito, devoram o pé da lavoura do vizinho, o vizinho não pode plantar maracujá porque da raminha de maracujá os bodes gostam muito. Aí é mais difícil criar cabra. Agora, a vaca é fácil porque num pequeno curralzinho, com uma cocheirinha mesmo de palha, todo mundo pode criar uma vaquinha ali, dando a ração. Vem o leite e o bezerro. É fácil porque cria preso. E o bode e cabra ninguém pode criar assim em curralzinho. Cabra é de muita terra, cabrito anda muito e quando se juntam dois a três cabritos, oi xente, seis quilômetros é pouco pra eles pularem e irem lá longe, onde eles querem ir.
- *Quanto custou esta bezerra?*
- Esta bezerra custou 50 mil. O dinheiro que saiu foi 45, mas a gente inteirou e comprou a bezerra.
- *Tão comprando alimentação pra vaca? Ela tá comendo o que?*
- Ela tá comendo capim, rolo de bananeira, palha de milho, jaca. É isso que ela tá comendo, que ninguém pode comprar alimentação pra ela não.
- *Ela tá enxertada?*
- Tá enxertada. Tá fazendo o amojo, veja, o ubrinho tá enchendo. Lá no mês de outubro ela tá de cria.

– *Como são as reuniões de vocês?*

- Estamos fazendo reuniões, na nossa sociedade, uma, duas vezes por mês. As nossas reuniões são em trabalho assíncrono, endireitando rodagem, limpando os barreiros, derrubando casas velhas pra fazer outras novas com o povo, fazendo reuniões pra colher um dinheirinho pra aumentar a associação. A gente faz aquela cota, aí mesmo no livro de aberturas tem o nome dos que já vêm dando 500 cruzeiros cada sócio. Agora, com esse dinheiro a gente completou 15 mil que tinha no banco e comprou uma garrota por 22 mil. Essa garrota está na rifa. A gente botou em 50 mil a garrota e está vendendo a rifa. Quero com esta rifa comprar duas garrotas pra beneficiar um que não tem a garrota.

Plantio de cenoura e pimentão

Na área rural do município de Gravatá, vinte e uma famílias de pequenos agricultores criaram a sociedade Nossa Senhora da Conceição para desenvolver pequenos projetos de plantio de cenoura e pimentão. Assim eles contam como vem sendo desenvolvido o seu trabalho:

Saiu pouco dinheiro. Só trezentos mil cruzeiros. Então só trabalha nove pessoas. A dificuldade é água. Tem gente que não tem água. Como é que se lida com verdura sem água? O plantio da cenoura e do pimentão é feito no adjunto. A contribuição mensal a gente chama de bacia. A bacia vai beneficiando mais um, mais um, até chegar a todos.

Indústria caseira

No povoado de Sucavão, no município de Altinho, as famílias contam que:

Tem água mineral em quase todas as propriedades. Quase todos têm água encanada, depois do projeto da EMATER-PE. Aí moram umas cem famílias. Se perde muita fruta: o que fazer para aproveitar? A turma se reuniu e achou que seria bom fazer uma pequena indústria de doce e bolo. Todo mundo

falou que não podia porque precisava do equipamento, a casa é muito ruim, o fogão é de lenha, a água é encanada mas só chegava no terreiro. Então ajeitaram um dinheiro no banco, melhoraram a habitação: pia, cozinha, equipamento, trajes de trabalho. A EMATER-PE se reuniu com os comerciantes para ter a quem entregar os bolos prontos.

Casa de farinha

Dona Caetana, o senhor Valdir Mariano e o senhor Domingos, sócios da Sociedade Mista dos agricultores do sítio Boqueirão, no município de São Caetano, assim relataram suas experiências de associados.

Os senhores fazem parte de algum grupo?

Dona Caetana: *Faço parte do grupo misto dos agricultores de Boqueirão e de mais alguns, como, por exemplo, do grupo de parteiras leigas. Sou professora municipal e participo de muitas outras atividades.*

Sr. Valdir Mariano: *Faço parte da Sociedade Mista dos Agricultores de Boqueirão. Criamos essa sociedade por intermédio de reunião, com a turma da EMATER-PE que veio aqui. Juntamos um bocado de amigos e fizemos o estatuto da sociedade. E aí estamos trabalhando e fazendo nossas reuniões todo final de mês. Cada último domingo do mês reunimos os sócios e mais alguns vizinhos, das 10 da manhã ao meio dia.*

Sr. Domingos: *Faço parte da sociedade aqui do Boqueirão e do sindicato há uns oito anos.*

Como foi que se organizou essa sociedade?

Dona Caetana: *A sociedade se organizou através de reuniões entre os agricultores e o povo da EMATER-PE, explicando a eles como podia ser, como*

eles podiam viver, como é que eles poderiam fazer. Reunidos, temos a sociedade da mandioca também. É assim que nós vivemos no sítio do Boqueirão. O povo da EMATER-PA não estando, nós mesmos fazemos a reunião e vivemos assim em conjunto.

Sr. Domingos:

Essa sociedade foi orientação da EMATER-PE que foi chegando e fazendo reunião. Sempre gostamos de reunião, sempre a gente se reunia e discutia os problemas. Então fomos orientados para nos organizarmos e criar uma sociedade. Criamos essa sociedade e fizemos um projeto pra plantar mandioca e estão todos bem satisfeitos. Depois fizemos um projeto pra construção de privada. Estamos esperando a chegada desse material. Já tem muita gente com as casinhas feitas, outros já estão com tijolo pronto, preparando-se. E então, a gente vendo que os anos sempre vinham fracos de inverno e que a mandioca é uma cultura que sempre é mais vantajosa nas estiagens, nós fizemos o primeiro plano pra plantar mandioca. Vamos dizer, o milho e o feijão não aguentam o tempo que a mandioca aguenta, porque a mandioca a gente pode plantar no mês de junho, julho, agosto... Até setembro a gente já tem assitua-do roça e ela dá boa. A gente tem aquela confiança nessa cultura.

Quais os trabalhos que a sociedade realiza?

Dona Domingas:

A sociedade realiza o plantio da mandioca. A gente se reúne na casa de um associado, ajuda um ao outro em forma de mutirão, faz limpeza de barreiro. Às vezes uma estrada está muito ruim, a gente não vai esperar pelo trabalho do município ou do prefeito. Se tem uma barreira arriada a gente mesmo se junta e resolve. Até as mulheres ajudam.

Sr. Valdir Mariano: *Nós debatemos sobre todos os assuntos da comunidade: doenças, doenças de animal, criação de porcos, agricultura, debate de lagarta, plantio de mandioca, milho, feijão. Tudo nós debatemos, inclusive até problema de estradas, de banheiro.*

Um dos trabalhos da sociedade é o plantio da mandioca. Agora eu pergunto: por que vocês escolheram logo a mandioca?

Dona Caetana: *Escolhemos a mandioca porque é uma agricultura que não perde. Com qualquer chuva a gente assitua e depois de assituada, limpando continuado ela vai em frente, nunca perde.*

O Senhor falou aí no plantio da mandioca. Os senhores receberam algum recurso pra fazer esse plantio?

Sr. Valdir Mariano: *Uma parte dos sócios já receberam. Doze sócios receberam uma ajuda de 22 mil e um quebrado. Na época resolvemos plantar mandioca porque já tinha passado o tempo de plantar outro produto. Então opinamos por mandioca. Acho que foi a melhor escolha que fizemos na época.*

E o que vocês fazem com essa mandioca que vocês plantam?

Sr. Valdir Mariano: *Nós fazemos farinha, na casa de farinha dos outros. Nós fazemos conga e pagamos transporte pra levar na rua. Se acaso tem comprador aqui pra comprar no quilo, a gente vende. Mas pra vender no quilo a gente perde mais da metade. Se for vender ao intermediário perde mais da metade. Não dá resultado de maneira alguma, né?*

Dona Caetana: *Para beneficiar, a gente arranca a mandioca, num dia raspa e no outro dia de manhã leva*

à casa de farinha. Fazemos a farinha na casa de farinha do vizinho.

E vocês pagam alguma coisa para fazer essa farinha?

Dona Caetana: *Pagamos. Pagamos 5 quilos por saco. Depois que a gente faz a farinha, pesa e tira logo os 5 quilos que se chama conga, sabe? A gente chamamos de conga.*

Sr. Valdir Mariano: *Esse pagamento da conga é feito na base de 15%; se fizer 100 quilos paga 15 quilos.*

Sr. Domingos: *Eu dou uma ajuda pra gasolina porque o dono da casa de farinha é meu cunhado e de mim ele não cobra. Dos outros de fora ele cobra sempre 1 quilo e meio de cada 10 quilos.*

E essa farinha é feita por quem? Vocês pagam trabalhador?

Dona Caetana: *É feita por meu esposo, meus filhos e eu mesma quando não estou doente. Quando posso, vou para o roçado e ajudo.*

Sr. Valdir Mariano: *A farinha é feita pela família da própria pessoa, do próprio agricultor. E quem não tem pessoal tem que pagar um trabalhador ou dois pra ajudar.*

Sr. Domingos: *É eu com a família.*

Sr. Domingos, o senhor foi um dos agricultores aqui de Boqueirão que se sentiu entusiasmado com aqueles treinamentos sobre mandioca em fileira dupla, e fez um plantio de fileira dupla. Então eu pergunto ao senhor: o que está achando do plantio em fileira dupla?

Sr. Domingos: *Eu achei bom. Vejo duas vantagens: o trato da mandioca fica mais fácil e a mandioca*

aumenta bastante porque ela sáí estirada. Por experiência eu já arranquei mandioca numa faixa assim de 8 meses, e achei melhor do que a outra de 1 ano que tá mais fraca do que esta com 8 meses.

Certo. Então quer dizer que o senhor já viu que o sistema de fileira dupla é mais produtivo e é superior ao tradicional?

Sr. Domingos: *Eu acho.*

Então, novamente eu pergunto: o senhor tá divulgando esse sistema de fileira dupla com seus amigos e vizinhos?

Sr. Domingos: *Já tenho falado pra vários deles e por sinal tem um colega que tá com terra arada e tá aguardando uma chuva pra plantar. E antes de vir uma chuva eu quero incentivar ele pra plantar na fileira dupla. Se ele me obedecer ele não vai plantar da maneira tradicional.*



Melhoria da comunidade

O extensionista Wellington, do município de Altinho, explica como vem trabalhando a associação de Cajarana.

O trabalho nesta comunidade de Cajarana, em Altinho, é decorrente das necessidades das próprias famílias. Fizemos uma série de reuniões para uma análise da problemática. Conjuntamente com o extensionista social, o extensionista agrícola e representantes da comunidade, listamos os problemas e daí foi listada, como prioridade, a alimentação das crianças, pois nota-se que esta é uma área onde não existe a pecuária de leite. Decidiu-se pela caprinocultura para que houvesse uma maneira de alimentar as crianças nesta comunidade.

Esse foi um dos problemas abordados em várias reuniões que fizemos aqui nesta comunidade. Surgiu também o problema de escola. A comunidade procurou o prefeito e outras autoridades do município para ver a possibilidade da construção de um grupo escolar. Como vocês viram o grupo já está em fase de construção e o prefeito pretende inaugurá-lo até mais ou menos 30 de outubro, dando condições de estudo às crianças nesta comunidade de Cajarana.

Surgiu também como necessidade o melhoramento das estradas, mas o prefeito não tinha condições de mandar melhorá-las. Então a comunidade aproveitando recursos do PRO-HIDRO, fez financiamento para barragem e dentro desse financiamento o produtor faria doação de duas horas de máquina para melhoramento das estradas.

Então isso foi feito. A EMATER-PE, juntamente com a cooperativa, elaborou um projeto para oito barragens, nesta comunidade de Cajarana, e essas oito barragens foram construídas. Dentro das 40, 50 e até 75 horas foram tiradas duas, três horas para melhoramento das estradas.

Surgiu recentemente o problema da eletrificação. Como isto é um anseio da comunidade, fizemos uma reunião, por solicitação

desses mesmos agricultores, para discutir o problema de como chegar a eletrificação nesta comunidade. Fizemos uma reunião com cerca de 50 agricultores e ficou acertado que eles iriam à CERAPE, que é o órgão regional responsável pela eletrificação rural, e fariam suas inscrições, explicando, na medida do possível, como seria o financiamento, os prazos, visto que já tínhamos experiência de outras propriedades eletrificadas.

O pessoal da comunidade foi a Caruaru e já se inscreveram na CERAPE cerca de 28 produtores. Segundo palavras do gerente, daqui a um ano e meio a comunidade de Cajarana também será beneficiada com 28 casas eletrificadas.

O senhor José dos Santos Araújo, do povoado de Pindobinha, no município de Bom Jardim, assim falou sobre o trabalho que a comunidade vem realizando:

A gente só pode ensinar aprendendo. Então a gente partiu para ensinar e aprender juntos. Pindobinha tem 200 famílias. A distância de Bom Jardim é de 14 quilômetros. Tem acesso mas não tem transporte. Tem o Clube de Agricultores, alguns comerciantes, a capela, a festinha a 8 de dezembro. A produção é de abacaxi, bananeira, batata, mandioca. A criação é suíno, gado. O fracasso da comunidade é que não existia água. A turma cavou o poço. Só doze metros. Serve apenas a 30 famílias. Se forem cavados mais cinco metros acho que vai servir à comunidade toda.

O clube é que resolve os problemas da comunidade. Aquilo que os outros dão é um negócio que a gente não vai confiar. A reunião é todo segundo domingo de cada mês.

A comunidade estava crescendo e precisava de um posto de saúde. A gente se reuniu, fez mutirão, levantou as paredes. Agora tá esperando ou telha ou laje. A Federação de Cooperativa é quem fez a planta do Posto. Quando viram que era muito sofisticado já era tarde demais. A nossa necessidade é assistência médica.

Com mutirão construímos também a pocilga. A criação de porcos tem apoio da cooperativa para fornecer a ração. O lucro dos porcos vamos aplicar no nosso posto. Tudo que se vai traba-

har lá, tudo é para o posto de saúde. Depois que ele ficar pronto é que vamos pensar em outras necessidades da comunidade.

O senhor Antônio Custódio, do povoado de Feijão, também no município de Bom Jardim, conta o trabalho que a sua comunidade vem desenvolvendo:

Através do clube, a gente unida, já tem um posto médico. Tem vários remédios. Foi feito muito cacimbão naqueles olhos d'água e agora tem água boa. Veio uma enfermeira e já foi vacinada muita criança pra muito tipo de doença.

Quarenta e nove sócios têm um dinheirinho no banco pra qualquer tipo de emergência. Agora estão pensando em construir um novo posto de saúde para funcionar fora da casa de um morador.

O Senhor José Edvaldo, da área rural do município de Agrestina, falou do trabalho que o seu grupo organizado está realizando:

Fizemos campanhas com os pais de família pobres e que compravam leite. O banco deu um empréstimo para comprar uma vaca.

Foi feito um levantamento nas casas para saber das dificuldades sentidas. A dificuldade é para estudar. Falamos com o Prefeito e conseguimos uma escola noturna.

Também estava dando muita coqueluche nas crianças. A gente levou o problema a um comerciante e ele pagou médico particular que atendeu a dez crianças e financiou o medicamento.

Dona Severina, da área rural de Bezerros, conta que:

Nós estávamos sem caminho de Silvestre para o Coadjutor. O caminho não prestava. De noite não tinha quem pudesse andar por aí. Então eu fui na Prefeitura e eles disseram para mim que a Prefeitura não tinha condições. Aí eu voltei com as mãos na cabeça, sem saber o que fazer. Fui falar com o povo da comunidade para ver se a gente tinha jeito de fazer a estrada. Na primeira casa, quando falei, o dono da casa falou que ele não era o prefeito nem

era vereador. Aí eu falei que nem deputado, nem vereador, nem prefeito está transitando nesta estrada, quem está andando nela somos nós. Nós que precisamos da estrada é que vamos fazê-la. Aí ele falou:

— Que nada...

Aí saiu a mulher dele e disse:

— Como é Dona Severina, a gente ajeita e vai ajudar.

Na casa vizinha falei primeiro com a mulher e ela disse:

— Que nada quem quiser vai trabalhar na estrada, ninguém aqui é prefeito. Cadê o prefeito, o deputado e o vereador que a senhora disse que se a gente votasse com a senhora nada ia faltar pra gente? E agora, pra fazer a estrada, a gente é que vai fazer?

Aí eu falei: se adocece um filho teu e se adocece um filho meu, que é que nós vamos fazer para ir até o hospital?... Quem precisa da estrada somos nós. Aí ele falou:

— É, como é a comadre Severina, nós vamos ajudar. Ajudar a mim não, a estrada é nossa, a gente vai ajudar a gente mesmo.

Depois fui a outro. Ele veio com a mesma história comprida, mas depois falou:

— Como é com a senhora a gente vai.

No primeiro dia, levei um bom lanche, foram umas 20 pessoas, adultas e crianças, que carregaram pedras e terra para tampar os buracos e os homens roçaram o mato que os velhos e nós arrastávamos.

No outro domingo, aumentou. Eram umas 30 pessoas. A gente tirou essa estrada de Campestre, passou o Pau Santo e foi para o Coadjutor, e daí tirou a estrada para Queimadas. Deu uns seis quilômetros de estrada.

Como se pode depreender dos relatos feitos por representantes das associações comunitárias, a grande preocupação na implementação desses pequenos projetos tem sido a de respeitar e preservar o meio, a cultura, o modo de vida e as práticas agropecuárias

da população que participa dessas formas associativas. Por outro lado, busca-se também, com esses pequenos projetos, uma alternativa para promover mudanças nas condições de vida em que essa população se encontra.

Parece que o efeito mais imediato que se pode obter é o de que as pessoas passem a perceber com mais clareza o potencial de transformação que os grupos organizados podem ter, uma vez que essa força vai sendo experimentada no dia a dia e vai sendo solidificada na medida em que pequenas vitórias e fracassos são partilhados. Naturalmente que nessas pequenas vitórias estarão computados os resultados positivos que o grupo obtém e aos quais o próprio grupo atribui sua valoração. E na escala de valoração dos resultados alcançados destaca-se sem dúvida, o maior emprego da mão-de-obra familiar, que é, em essência, o principal bem de produção da família rural.

Com a participação de todos, os pequenos projetos de grupos organizados passam a desempenhar o importante papel que lhes cabe nas comunidades mais carentes, isto é, eles estimulam a organização de empresas associativas; dão oportunidade de aproveitamento da mão-de-obra familiar, na maioria das vezes ociosa e sub-utilizada; aumentam a produção local de alimentos; permitem a injeção de pequenos recursos que, circulando no próprio meio aumentam a renda da família, melhorando também os níveis de consumo; possibilitam o acesso a bens e serviços que antes não eram sequer vislumbrados e fortalecem as relações familiares e de solidariedade horizontal, facilitando a organização dos membros do grupo no seu espaço de vida.



FORMAS DE AVALIAÇÃO

Os resultados a que se espera chegar com essa metodologia, definida como alternativa para o desenvolvimento de um trabalho comunitário com a família rural, vão sendo conhecidos ao longo de todo o processo. Têm sido preocupação constante o registro, a sistematização, a reflexão de dados que permitam ir-se construindo um banco de resultados que sirvam de elemento de comparação entre a situação esperada e a situação realmente alcançada.

Todos sabemos que o processo de transformação social é lento e não se desencadeia a partir de esforços setoriais ou inovações metodológicas porque ele depende de decisões políticas maiores. Mas sabendo-se também que as formas associativas das classes populares menos favorecidas podem constituir-se em núcleo embriônico das forças de transformação da sua realidade de vida, tem-se procurado estimular e valorizar as pequenas mudanças que o trabalho vem produzindo no seio dessas famílias rurais, como meio de fortalecer os incipientes mecanismos de organização associados à melhoria da qualidade de vida.

Assim é que os resultados que estão sendo alcançados são sistematizados em função: (1) dos efeitos produzidos na interação extensionista e família rural, para desenvolvimento das unidades de produção familiar; (2) da integração de ações das instituições que atuam na área, permitindo maior concentração e melhor utilização dos poucos recursos que geralmente são destinados a esse segmento da população.

Em termos dos efeitos produzidos na interação extensionista e família rural percebe-se, claramente, que já se fez grande progresso no sentido de enfraquecer a atitude paternalista que sempre existiu do técnico para com o produtor. Os pequenos produtores passam a ser considerados os promotores dos projetos e não os seus clientes. Por outro lado, os técnicos estão menos preocupados em mostrar êxito e cumprimento de metas prefixadas, para permitir que os pequenos produtores desenvolvam sua capacidade de assumir a gestão dos próprios projetos. Cresce cada vez mais a crença em que a decisão deve caber aos produtores e não ao técnico.

co e em que é na prática de assumir decisões que se aprende a decidir.

4.1. Alguns resultados

Como os extensionistas estão vendo os resultados do trabalho

Então há uma senhora na comunidade, que faz doces para fora, para a escola. Mas o problema é a comercialização.

Ainda temos problemas na formação de grupos, tais como: (1) falta de tempo da família rural para freqüentar as reuniões; (2) dificuldade para desenvolver trabalhos integrados com todos os componentes da família; (3) a forma de conciliar os assuntos de interesse da Empresa com os assuntos de interesse dos pequenos produtores.

Já temos um certo conhecimento da realidade do município. Fazer aquele estudo profundo não foi possível, devido à contenção de despesas da Empresa, mas nós partimos de estudos já feitos.

Nessa comunidade normalmente só se faziam reuniões com os homens e eu fazia com as mulheres. Mas desta vez nós convidamos todo o pessoal: 50 famílias.

Nessa reunião dividimos os participantes em grupos e listamos as necessidades. Não se fez nunca referência à falta de terra ou de dinheiro para as culturas. Só falavam em médico, dentista, professora formada, médica para as mulheres, televisão, cemitério, asfalto nas ruas, mais terrenos para aumentar o número de casas na vila, campo de futebol, construção de igreja. Depois se estabeleceram as prioridades.

Ficaram bastante satisfeitos com esse tipo de reunião onde cada um falou o que pensava.

Foi uma reunião diferente. Eles vieram para falar.

Agora até as mulheres estão fazendo crédito aqui, para plantar batata. O excedente da produção da batata e da banana de Socavão estão aproveitando para fazer os doces. E a produção de doces vai melhorar a condição econômica da família.

Nós, técnicos, tínhamos o hábito de trabalhar em cima de idéias preconcebidas, como é o caso de participação em cooperativas. No caso da cooperativa de artesanato os nossos colegas achavam que não havia necessidade de se organizar uma cooperativa apenas para associar senhoras que produzissem artesanato. Achavam que elas deviam engajar-se em cooperativas já existentes, onde seus maridos fossem sócios.

Nós questionamos essa posição e chegamos à conclusão de que a cooperativa de artesanato teria que dar oportunidade à participação da mulher no processo cooperativista porque ela própria, sendo sócia, iria sentir-se mais útil, mais animada a participar. E depois de debatido o problema os nossos colegas chegaram à conclusão de que, de fato, seria um trabalho mais útil este de promover a participação da mulher no processo cooperativista.

Olha, na minha opinião o importante deste projeto é que ele é dinâmico, ele não é estacionário. Sempre estão chegando às nossas mãos subsídios para que o nosso trabalho diário de extensionista seja aprimorado. Temos aprendido também a melhor utilizar o trabalho, não só do homem na unidade de produção, mas também o da esposa e dos filhos. Isto me deu uma nova visão do trabalho, porque eu olhava mais a parte econômica, o trabalho do homem e não a família como um todo. E lendo esses módulos, abriu-se em mim um campo maior de visão para que o meu trabalho fosse sendo aprimorado.

5. BIBLIOGRAFIA

- 1. Aguilera, E. — Sistemas de comercialización utilizados por pequeños produtores. IICA, Paraguay, 1981.**
- 2. Araujo, J.E.G. — La empresa comunitária. IICA, São José, Costa Rica, 1975.**
- 3. Bialosiewicz e Rothkegel — Métodos y materiales para una educación liberadora. University of Massachusetts, Amherst, Massachusetts, 1981.**
- 4. Brandão, C.R. — A questão política da educação. Brasiliense, Rio de Janeiro, 1980.**
- 5. Freire, P. — Educação e Mudança. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981, 3ª ed.**
- 6. IICA — Educação Rural Integrada: a experiência de pesquisa e planejamento participativo do Ceará. IICA — Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.**
- 7. IICA — Os pequenos projetos como base para o desenvolvimento do homem rural. Brasília, 1982.**
- 8. IICA — A posição social da mulher no agreste setentrional de Pernambuco. Brasília, 1980.**
- 9. Pinto, J.B. — Metodologia da Pesquisa — Ação: Seqüência Metodológica e Orientações para Uso. Governo do Estado de**

10. Pinto, J.B. — Trabajo com grupos y mobilización comunitária IICA, Santo Domingo, 1976.
11. Minkler, M. e Cox, K — Creating critical consciousness health. International journal of health services 10 (2) 311-322, 1980.
12. Murcia, M. — Administración de empresas asociativas de producción agropecuaria — IICA, São José, Costa Rica, 1977.
13. Silva, L.J.P. — Planificación y administración agropecuaria y desarrollo rural; el enfoque de un planificador — Mexico, 1980.
14. Tejero, L. — Metodologia para a organização de pequenos produtores e avaliação de seu desenvolvimento. IICA, Brazil, 1980.
15. Werner, D. — O trabalhador rural de saúde, servidor ou liberdador?. Tóquio, Japão, 1977.
16. Werthein, J. e Gajardo, M. (org.) — Educação e participação alternativas metodológicas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

FECHA DE DEVOLUCION

30 ABR 1986

IICA
PM-447

Autor

Título **Trabalhando com a Família Rural: Uma Alternativa Metodo16-**

Nombre del solicitante

Fecha Devolución

30 ABR 1986

Jorge Wertheim

DOCUMENTO
MICROFILMADO

Fecha: 22 MAY 1985

